



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE
LINGUAGENS: CONTEXTOS LUSÓFONOS BRASIL-ÁFRICA**

LAILA GEOVANA MOREIRA BEIRÃO

**O CONTRATO POLÍTICO-SOCIAL A PARTIR DA OBRA *QUARTO DE DESPEJO:*
DIÁRIO DE UMA FAVELADA, DE CAROLINA MARIA DE JESUS**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

LAILA GEOVANA MOREIRA BEIRÃO

O CONTRATO POLÍTICO-SOCIAL A PARTIR DA OBRA *QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA*, DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Estudos de Linguagem: Contextos Lusófonos Brasil-África, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra Em Estudos de Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Igor Ximenes Graciano.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

B367c

Beirão, Laila Geovana Moreira.

O contrato político-social a partir da obra Quarto de Despejo : diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus / Laila Geovana Moreira Beirão. - 2024.
58 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Igor Ximenes Graciano.

1. Ciência política - Filosofia. 2. Contrato social. I. Jesus, Carolina Maria de - Crítica e interpretação. II. Quarto de despejo - Crítica e interpretação. III. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 320.1

LAILA GEOVANA MOREIRA BEIRÃO

O CONTRATO POLÍTICO-SOCIAL A PARTIR DA OBRA *QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA*, DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Estudos de Linguagem: Contextos Lusófonos Brasil-África, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra Em Estudos de Linguagem.

Aprovada em: 29 de maio de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Igor Ximenes Graciano (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Denilson Lima Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Edma Cristina Alencar de Góis

Centro Universitário SENAI/CIMATEC

Dedico este trabalho, com todo meu amor, a minha filha Alice, como símbolo de afeto. A Mainha Edineide dos S. Moreira e a Painho Giovane Beirão da Cruz, às minhas avós Maria Beirão Jorge (Ana da Maniçoba) e Valdelice S. Moreira. E ao meu avô Martiniano Moreira, in memoriam. À minha Tia Dinha. E a todas e todos os meus ancestrais que não tiveram a oportunidade de acessar uma universidade pública.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, Giovane Beirão, e a minha avó, Ana Maria Beirão Jorge, mais conhecida como Ana da Maniçoba, por todo apoio e incentivo, inclusive financeiro, o que me possibilitou viajar para assistir a todas as aulas do mestrado e a adquirir/comprar todos os livros e materiais que precisei neste período. Agradeço a minha filha Alice. Agradeço a minha tia Edna por ter cuidado da minha filha Alice nos dias de aula, se dispondo a cuidar e a levá-la a escola quando era necessário, aquietando o meu coração de mãe e me dando a segurança que a minha filha estaria bem cuidada e protegida enquanto eu não estivesse fisicamente presente. Agradeço a todos os familiares e amigos que me incentivaram a seguir e não desistir do sonho de me tornar Mestre. Sim, ser Mestre também era um sonho que hoje está se tornando realidade e edificação do caminho para chegar ao doutorado. Quando eu nasci minha Mainha - Edineide dos Santos Moreira - escrevia atrás das minhas fotos “Dra. Laila”, e concluir o mestrado é um trajeto para ser doutora. Essa história, da inscrição “Doutora” atrás das minhas fotos, só soube há pouco tempo, mas conquistar esse título é um sonho que carregue há muito tempo sabendo por minha mãe que de alguma forma fui incumbida de realizar um sonho geracional. Estou construindo e abrindo o caminho para muitas conquistas e possibilidades. Me sinto feliz e realizada, pois um título é a possibilidade e a materialidade de um sonho. “Tudo é possível quando a alma não é pequena.” Agradeço a mim mesma por não ter desistido, agradeço a Deus, ao universo, aos meus pais, minha família e a todas as forças boas do universo que estavam a meu favor. Existe uma canção que diz: “Povoda. Quem falou que eu ando só? Nessa terra, nesse chão de meu Deus, Sou Uma, mas não sou só.” Portanto, esse título de Mestre está povoado. Não é só meu, é de todos os meus ancestrais que não puderam estudar e acessar uma universidade pública. É dos meus pais, das minhas avós, dos meus avôs in- memória, de todos os meus familiares e amigos que contribuíram na minha formação humana e me ajudaram a chegar aqui. Deixo aqui o meu mais sincero e amoroso Muito obrigada! Este título é nosso. Ubuntu: eu sou porque nós somos.

RESUMO

Refletir sobre o nosso tempo e os problemas políticos e sociais da nossa sociedade é dever da prática da educação, da arte, da literatura, da filosofia e de todos os meios delinguagem humana. Os principais objetivos a serem atendidos por este trabalho é compreender a materialidade e o movimento da filosofia política e da literatura na obra *Quarto de Despejo, diário de uma favelada* face ao conceito de contrato social na vida dos seres humanos. A literatura de Carolina Maria de Jesus, sobretudo a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, mostra com propriedade o movimento político de gênero, raça e classe econômica em uma sociedade que foi colonizada e ainda sofre com o resquício da colonização, como a alienação do racismo e a desigualdade econômica e de oportunidades entre as pessoas. Objetivamos demonstrar que é possível analisar o contrato político-social na sociedade brasileira através do pensamento da escritora Carolina Maria de Jesus, em especial da sua obra *Quarto de Despejo*. Demonstrar que para Carolina a Fome é um conceito, um fato social que rompe o contrato político-social. Mas não se trata somente da fome de alimentos, como também da fome de cidadania e de dignidade humana. A metodologia usada para desenvolver esta pesquisa foi a qualitativa. No primeiro capítulo, a partir da obra *Quarto de Despejo*, tentarei explicar que o pensamento e a escrita de Carolina movimentou e movimenta a sociedade política contra a fome da dignidade humana. Agregaremos também a contribuição da obra *Necropolítica*, do filósofo Achille Mbembe. No segundo capítulo demonstrarei que Carolina foi alçada à condição de escritora e filósofa em 1960 pela Universidade de São Paulo (USP), e que a fome é um conceito, um fato social que ela usou para demonstrar o rompimento do contrato político-social na sociedade brasileira. Por isso, neste trabalho, defende-se o legado de Carolina Maria de Jesus além de literata, uma vez que é preciso lembrar que o pensamento da autora é o movimento e a materialidade de um princípio revolucionário: o da dignidade humana.

Palavras-chave: ciência política - filosofia; contrato social; Jesus, Carolina Maria de - crítica e interpretação; Quarto de despejo - crítica e interpretação.

ABSTRACT

Reflecting on our times and the political and social problems of our society is the duty of practice education, art, literature, philosophy, and all forms of human language. The main aim to be met in this work is to comprehend the materiality and the movement of political philosophy and literature in *Quarto de Despejo* work, diary of a favela. In relation to the concept of social contract in human beings' lives. The literature of Carolina Maria de Jesus, notably the work *Quarto de Despejo: Diary of a Favela*, effectively demonstrates the gender politics movement, race, and economic class in a society, that was colonized and still, suffers from remnants of colonization such as racism alienation, economic inequality and opportunities between people. We aim to demonstrate that it is possible to analyze the political-social contract in Brazilian society through Carolina de Jesus's thinking, particularly focusing on her work *Quarto de Despejo*, and demonstrate that for Carolina, hunger is a concept, a social fact that breaks the political-social contract. However, it is not just hunger for food, it is hunger for citizenship and human dignity. The methodology used to develop this research was qualitative. In the first chapter, based on the work "Quarto de Despejo", I will attempt to explain that Carolina's thinking and writing moved and moves political society against the hunger for human dignity. We will also add the contribution of the work *Necropolitics* by the philosopher Achille Mbembe. In the second chapter, I will demonstrate that Carolina was elevated to the status of philosopher-writer in 1960 by the University of São Paulo (USP), and that hunger was a concept, a social fact that she used to demonstrate the disruption of the political-social contract in Brazilian society. Therefore, this paper defends Carolina Maria de Jesus' legacy beyond her literary work, since we must remember that the author's thought is the movement and materiality of a revolutionary principle: human dignity.

Keywords: Jesus, Carolina Maria de - criticism and interpretation; *Quarto de despejo* - criticism and interpretation; political science - philosophy; social contract.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CAPÍTULO 1: O CONTRATO POLÍTICO-SOCIAL PELA VOZ DE CAROLINA	14
2.1	O QUE DIZEM OS CONTRATUALISTAS?	16
2.2	A POLÍTICA É COMPREENDIDA ATRAVÉS DA CULTURA NO COTIDIANO	20
3	CAPÍTULO 2: A HONRARIA VEM DO POVO	25
3.1	QUAL É O FATO SOCIAL QUE ROMPE O CONTRATO POLÍTICO-SOCIAL?	27
3.2	NÃO HÁ CONTRATO SEM DIREITOS GARANTIDOS	29
4	CAPÍTULO 3: ESCRITA, ARTE E REALIDADE	41
4.1	O PENSAMENTO E A ESCRITA FEMININA: INSTRUMENTOS DE LIBERTAÇÃO	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa sustenta-se na ideia de resistência e de reivindicação de cumprimento de Direitos ao analisar o contrato político-social a partir da obra *Quarto de Despejo, diário de uma favelada* da literata Carolina Maria de Jesus.

Buscamos, na sofisticação da sua escrita, colaborar para a compreensão desalienada da sociedade brasileira e promover a contracolonização de saberes, tendo como referência sua legítima escrevivência. Essa filosofia que acontece na semiótica das palavras dos seus escritos está para além das definições dos dicionários. É sentimento de força e coragem que transborda ao se ler.

Objetivamos demonstrar que é possível analisar o contrato político-social na sociedade brasileira, através do pensamento da escritora Carolina de Jesus e em especial da sua obra “Quarto de Despejo”. E Demonstrar que para Corolina a Fome é um conceito, um fato social que rompe o Contrato Político-social. Mas não é só a fome de alimentos, a fome de cidadania, boas oportunidades e de dignidade humana.

A metodologia usada para desenvolver esta pesquisa foi a qualitativa, pois compreendemos que esta metodologia é a que mais se aproxima das questões teóricas pesquisadas.

A pergunta problema é: É possível analisar problemas do Contrato Político-Social da sociedade brasileira em especial o problema da Fome através da obra Quarto de Despejo e do pensamento de Carolina Maria de Jesus?

Hipótese: A fome é uma mazela na sociedade brasileira herdada pela colonização escravocrata, este problema é transversal e transcende as instituições e para que a democracia aconteça de maneira justa é necessário reconhecer os problemas para enfrentá-lo e solucionar com humanização

No primeiro capítulo embasada pela obra “Quarto de Despejo”, tentarei explicar que o pensamento e a escrita de Carolina, movimentou e movimenta a sociedade política contra a fome da dignidade humana. Agregaremos também a contribuição da obra “Necropolítica” do filósofo Achille Mbembe.

No segundo capítulo demonstrarei que Carolina foi alçada à condição de escritora Filósofa em 1960, pela Universidade de São Paulo (USP). E que a Fome era um conceito, um fato social que ela usava para demonstrar o rompimento do Contrato político-social na sociedade brasileira.

No terceiro e último capítulo abordarei a transversalidade do pensamento da

arte escrita e realidade da fome como conceito de rompimento do contrato político-social no cotidiano brasileiro. A escrita de Carolina aparece como a arte em transversalidade com a realidade tanto do século XX quando a obra foi escrita, quanto da contemporaneidade do século XXI e da realização desta pesquisa que foi desenvolvida no período da pandemia de covid-19.

O conceito de Estado foi desenvolvido e trabalhado por filósofos contratualistas que analisaram o desenvolvimento da passagem do Estado de natureza para o Estado/sociedade Civil, servindo de base para esta análise o conceito de Contrato Social de filósofos contratualistas. Esta leitura se desenvolve a partir da fome como um fato social presente e latente no livro de Carolina Maria de Jesus. Escritora e filósofa, autora “da verdade e realidade”, como disse Clarisse Lispector, Carolina fez do pensamento e das palavras instrumentos de arte e reflexão crítica. O que Carolina escreveu e a maneira como escreveu, nas condições que ela tinha, foi, é e continuará sendo um atorevolucionário.

A primeira resistência proposta pela pesquisa é a da linguagem, pois trazemos uma escritora negra, brasileira, com uma cara relevância intelectual de pensamento, de escrita, de linguagem e de estética para narrar e explicar conceitos que até então só eram ditos a partir da episteme branca, masculina, alemã/europeia. Trago essa observação (alemã/ europeia) porque o contrato político social normalmente é lido e analisado através da episteme branca/eurocêntrica. Carolina questiona, indaga, refletete nos faz aprofundar os pensamentos enquanto lemos a sua obra, de maneira a refletimos de modo transversal sobre os problemas do mundo e sobre o lugar das pessoas. É dever de uma filósofa refletir sobre os problemas do seu tempo e do seu lugar, e ela o faz com maestria.

Existe uma relação entre a literatura de Carolina de Jesus e a filosofia política e pretendo desnudar essa semelhança, mas para que o leitor compreenda essa relação é necessário que seja antirracista, ou que ao menos tenha letramento/compreensão racial para observar essa questão. Esse texto não é para os cínicos negacionistas que contestam a existência do racismo, mas para os que sabem, sentem e estão dispostos a enfrentá-lo. Diante disso, evoco as palavras de Franz Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas*:

A explosão não vai acontecer hoje. Ainda é muito cedo[...] ou tarde demais.
Não venho armado de verdades decisivas.
Minha consciência não é dotada de fulgurâncias essenciais.

Entretanto, com toda a serenidade, penso que é bom que certas coisas sejam ditas.
 Essas coisas vou dizê-las, não gritá-las. Pois há muito tempo que o grito não faz mais parte da minha vida.
 Faz tanto tempo[...]
 Por que escrever esta obra? Ninguém a solicitou. E muito menos aqueles a quem ela se destina.
 E então? Então calmamente respondo que há imbecis demais neste mundo. E já que o digo, vou tentar prová-lo.
 Em direção a um novo humanismo[...] (Fanon, 2008, p. 25)

Este trabalho se movimenta contra a colonização intelectual e se afirma a partir do pluralismo epistêmico. “A colonização produziu a alienação intelectual e só através de um combate contra a exploração, a miséria, o servilismo e a fome, poderá ser garantida a libertação humana” (Beirão, 2019, p.10)

Quem é Laila Beirão? Vou me descrever para que os movimentos dos meus pensamentos conduzam quem se dispôs a me ler. Para isto, vou falando das minhas formações para que o caminho e o território dos meus pensamentos sejam situados.

Sou uma mulher preta, mãe de uma menina firme, linda e decidida, filha de pais honestos e trabalhadores, neta de Ana Beirão mais conhecida como Ana da Maniçoba a Rainha da culinária feirense. Cresci vendo a minha avó alimentar milhares de pessoas em seu restaurante no centro da cidade de Feira de Santana.

Sou Licenciada em filosofia por uma universidade pública brasileira (UEFS), e encontrei em Carolina a possibilidade de ler uma escritora “contra-colonial” como diz o escritor e filósofo quilombola Nêgo Bispo, que nos deixou em 2023, com o ensinamento libertador de que “o contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo” (Bispo, 2023, p. 37). Desse pensador brasileiro trago uma frase que nos ilumina:

Semeei as palavras biointeração, confluência, saber orgânico, saber sintético, saber circular, saber linear, colonialismo, contracolonialismo[...] Semeei as sementes que eram nossas e as que não eram nossas. Transformei as nossas sementes em roças e joguei uma cuia de sementes. (Bispo, 2023, p.4)

Esse pensamento do filósofo contemporâneo me remete a Carolina e seus escritos, pois ela continua ensinando e continua viva na memória de quem a lê semeando audácia e altivez. Eu sou uma técnica em edificações que se encantou como Carolina narra e descreve a arquitetura, a decoração, a iluminação da cidade e todos os contrastes da urbanização com a favela que ela narra como “quarto de

despejo”.

Sou uma bacharelanda em Direito que viu em Carolina uma advogada, defensora dos direitos humanos e dos desvalidos, pois se dispôs a denunciar injustiças e fazia isto em nome da coletividade, pois sua escrevivência também trazia acoletividade. Meu encontro com a escritora Carolina aconteceu em 2014, quando buscava referência na literatura em que eu me reconhecesse enquanto ser humano nomundo. Estava na graduação de filosofia e buscava mais leituras para refletir e compreender os problemas do meu tempo e fui arrebatada pela escrita e escrevivência imponente e altiva de Carolina com o livro Quarto de Despejo.

“Falavam que eu tenho sorte. Eu disse-lhes que eu tenho audácia” (Jesus, 2021, p.9).

2 CAPÍTULO 1: O CONTRATO POLÍTICO-SOCIAL PELA VOZ DE CAROLINA

O contrato político social é a legitimidade da organização social e a distribuição de poder e cidadania. Nessa relação não pode existir hierarquia entre os seres humanos. O que há é a transferência de poder de escolha e decisão do povo para seus representantes. Em um Estado democrático, por exemplo, o povo elege os seus representantes políticos que devem governar e legislar a fim de se colocar em prática a vontade dos eleitores baseada no princípio do bem comum.

O impacto causado por Quarto de Despejo foi além das discussões sobre o texto. O problema da favela, na época de dimensões ainda reduzidas em São Paulo, foi discutido por técnicos e políticos. Um grupo de estudantes fundou o Movimento Universitário de Desfavelamento, cuja sigla – MUD – revelava, no mínimo, uma intenção generosa. Ou um sonho. **E Carolina era alçada à condição de cidadã, com título oficial conferido pela Câmara Municipal de São Paulo.**¹

O cenário em que foi escrito o diário já não é o mesmo. Parte dele deu lugar ao asfalto de uma nova avenida, por coincidência chamada de Marginal. A Marginal do Tietê, que passa por ali onde até meados dos anos 1960 se erguia o caos semiurbano e sub-humano da favela do Canindé, em São Paulo.[...]

Mais de trinta anos decorridos desde o aparecimento de Quarto de despejo, a cidade tem outra cara, esparramada para muito além da avenida Marginal. E a favela do Canindé, onde viveu Carolina Maria de Jesus, na rua A, barraco nº 9, multiplicou-se em dezenas, centenas de outras.

Assim, Quarto de despejo não é um livro de ontem, é de hoje. Os quartos de despejo estão transbordando. (Jesus, 2014, p. 8)

Esse relato do repórter Audálio Dantas no prefácio do livro *Quarto de despejo* evidencia o movimento político, social e de desalienação que a escrita e o pensamento da escritora promoveram na sociedade de maneira imediata na década de 60 noséculo XX.

Vale lembrar que atualmente o Padre Júlio Lancellotti é perseguido em São Paulo por exercer a caridade e denunciar a miséria, o desprezo aos desvalidos que a sociedade e alguns representantes políticos tem por essas pessoas, além de denunciar a arquitetura hostil que encontra na cidade de São Paulo, demonstrações de aporofobia e racismo. E não só denúncia, ele desenvolve um trabalho de promoção da dignidade humana incorporando a responsabilidade do Estado, alimentando pessoas em situação de vulnerabilidade social, distribui agasalhos para que essas pessoas se protejam das noites de frio, principalmente para moradores em situação

¹ Grifo nosso.

de rua e promove ações de promoção à dignidade humana aos desamparados principalmente pelo poder público que, em muitos momentos só conseguem enxergar essas pessoas para punir.

Trago a referência ao Padre Julio Lancellotti para lembrarmos que os quartos de despejos ainda estão vivos em nosso país, e que se posicionar contra as injustiças cotidianas se faz necessário para não nos adaptarmos à banalidade do mal.

Na cidade de Salvador a Santa Dulce dos Pobres no século XX, viveu praticando humanidade, promoção da vida, caridade com dedicação, sabedoria e resiliência contra a pobreza e a injustiça. Ela também era conhecida como “o Anjo bom da Bahia” sua fama de Santidade a levou a ser beatificada pela Igreja Católica, e em cerimônia Pública de Canonização em 2019, se tornou a primeira Santa Canonizada nascida no Brasil. E mesmo após a sua morte física, as obras sociais Irmã Dulce, atualmente chamada de Santa Dulce dos Pobres, continua desenvolvendo este trabalho de humanidade, ajudando à todas as pessoas que precisam e não são amparadas pelo Estado.

O estudo e ensino da linguagem, literatura e filosofia deve atravessar a compreensão do movimento e do impacto das decisões e atitudes políticas no cotidiano das relações sociais para que o entendimento do bem-comum seja notório à realidade do convívio social. Quando uma sociedade não consegue resolver seus principais problemas é porque ela é uma sociedade decadente e enferma, conforme a citação antes trazida por Aimé Césaire no livro *Discurso sobre o colonialismo*.

Essa citação de Aimé Césaire lança luz sobre esse problema contemporâneo que vivemos e é resquício da colonização e que Carolina Maria de Jesus também aborda em seu diário, como podemos observar no trecho a seguir:

[...] Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando a primitividade. Quem não conhece a fome há de dizer: “Quem escreve isto é louco”. Mas quem passa fome há de dizer:

- Muito bem, Carolina. Os gêneros alimentícios devem ser ao alcance de todos. Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais? Esta palavra “Tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais.

[...] Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semicerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade. (Jesus, 2014, p.38)

O Estado convive com o povo em comum acordo, em contrato político social, partindo do princípio de que não agiremos conforme o estado de natureza, mas de acordo com o estado civil, onde devemos seguir regras e até mesmo ceder à nossa liberdade de escolha para os nossos representantes, de maneira a garantir o bem-comum. Este é o comum acordo entre os seres humanos, de garantir a segurança, o direito à vida, à liberdade e às posses. No entanto, em um país como o Brasil, oriundo de um processo de colonização, a população negra e pobre ainda sofre os resquícios do holocausto da escravidão, como a desigualdade de acesso aos direitos. Esses problemas que são materializados na vida da classe que segue privada de direitos e de acesso a necessidades básicas de sobrevivência.

2.1 O QUE DIZEM OS CONTRATUALISTAS?

Segundo os filósofos contratualistas, nós saímos do Estado de Natureza e passamos para o Estado Civil, ou seja, o povo em comum acordo político funda o Estado civil, elege os representantes, as leis etc.

Jean-Jacques Rousseau, na obra *O contrato social*, no capítulo “A Lei”, afirma que:

Pelo Pacto Social, damos existência e vida ao corpo político: Trata-se agora de dar-lhe, pela legislação, o movimento e a vontade. Pois o ato primitivo pelo qual esse corpo se forma e se une nada determina ainda do que ele deve fazer para conservar-se. (Rousseau, 2008, p. 52).

Portanto, a família é, se quiserem, o primeiro modelo das sociedades políticas; o chefe é a imagem do pai, o povo, a imagem dos filhos, e todos, tendo nascido iguais e livres, só alienam sua liberdade em proveito próprio. A diferença é que, na família, o amor dos pais pelos filhos vale pelos cuidados que dispensa a eles, enquanto, no Estado, o prazer de comandar substitui esse amor, que o chefe não tem por seu povo. (Rousseau, 2008, p. 24)

Para Hobbes, o homem precisa do contrato social e do controle do Estado como poder soberano e absoluto para controlar o estado de natureza dos homens e garantir a segurança das propriedades. Para Hobbes é sempre melhor ter o Estado do que não ter, para que se possa assegurar a legitimidade das ações acompanhada de força que conseqüentemente legitima a soberania da força e do poder. Mas precisamos questionar sobre qual Estado esse filósofo, homem branco, estava falando e quem eram as pessoas que ele enxergava que o comporia.

Para o filósofo Locke, a passagem do estado de natureza para o estado civil

acontece de um consentimento unânime dos indivíduos que parte do princípio da liberdade de direito individual. O Estado tem a missão de proteger a propriedade individual, sendo assim, se o governante não garantir o bem comum, o povo tem o direito à rebelião, pois neste caso o governo deixa de cumprir o fim a que fora destinado.

Para Locke e Hobbes o estado civil e o contrato social se constituem partindo-se de um acordo entre o povo e seus representantes, os governantes, para garantir a legitimidade de defesa da propriedade. No entanto, existe uma classe que está semprepreterida de acesso aos direitos que o Estado tem que garantir nesse acordo social e até mesmo de direitos naturais inalienáveis do estado de natureza, como a vida e a liberdade. No Brasil, no dia 13 de maio comemora-se a abolição da escravatura, mas a escritora Carolina Maria de Jesus em sua obra *Quarto de Despejo* já nos alertava que ela lutava contra a escravatura atual, a fome. E porque não tornar claro que não existe acordo social quando há colonização? Se existe escravatura não existe acordo, nem contrato social entre o povo e a classe que a oprime e a escraviza.

Se a fome é um fato social que rompe qualquer acordo, fazendo um recorte do nosso lugar Brasil, vamos recorrer à Carta Magna para Observar um dos seus princípios que são: dignidade da pessoa humana, vida, saúde, entre tantos outros. Percebemos assim que o direito à existência é violado quando a garantia do alimento que é fundamental para a sobrevivência da vida humana é negado. Sendo assim, o Estado viola seus princípios fundamentais de acordo e se torna ilegítimo:

3 de maio de 1958. Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos” (Jesus,p.30, 2014)

“Hoje choveu e eu não pude ir catar papel[...]Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A vera começou a pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos.

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!” (Jesus, p. 32, 2014)

Eu classifico São Paulo assim: O palácio, é a sala de visitas. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos (Jesus, p. 32, 2014)

Se a favela é o lugar onde jogam os lixos, então as pessoas que ali vivem são

retiradas da condição de sujeito, de seres humanos, e colocadas na condição de objetos obsoletos. E se são objetos, não têm direitos. Em outra passagem a autora nos diz que: “- Havia pessoas que nos visitava e dizia:

- Credo, para viver num lugar assim só os porcos. Isto aqui é o chiqueiro de São Paulo” (Jesus, p. 35, 2014)

Um dos ideais que constitui o Estado civil é o bem comum. O filósofo Locke afirma que acontece o direito de resistência quando:

O executivo ou o legislativo violam a lei estabelecida e atentam contra a propriedade, o governo deixa de cumprir o fim a que fora destinado, tornando-se ilegal e degenerando em tirania. O que define tirania é o exercício do poder para além do direito, visando o interesse próprio e não o bem público ou comum (Weffort, p. 87-88, 2000)

Carolina Maria de Jesus se coloca em posição de resistência contra o abandono do Estado civil quando escreve e denuncia a miséria e a fome. Em uma passagem da sua literatura ela diz que “O povo não está interessado em eleições que é o cavalo de troia que aparece de quatro em quatro anos” (Jesus, p. 43, 2014).

Assim, revela-se o seu descontentamento com a prática política instalada e executada no país. Em outras passagens ela sinaliza que os agentes do poder executivo do Estado são coniventes com a desigualdade social como mostra as citações abaixo:

2 de maio de 1958 Recebi intimação para comparecer as 8 horas da noite na delegacia do 12. Passei o dia catando papel. A noite os meus pés doíam tanto que eu não podia andar. Começou a chover. Eu ia na delegacia, ia levar o José Carlos. A intimação era para ele. O José Carlos está com 9 anos[...] 10 de maio. Fui na delegacia e falei com o tenente O tenente interessou-se

pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas têm mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a pátria e ao país. Pensei: Se ele sabe disto, por que não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Janio Quadros, o Kubstchek e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades.

[...] O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora.

Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças.”(Jesus, p. 28 e 29, 2014)

“[...] De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as surcusaes nos lares dos operários.

[...] Quando eu fui buscar água vi uma infeliz caída perto da torneira porque ontem dormiu sem jantar. É que ela está desnutrida.

Os médicos que nós temos na política sabem disto.(Jesus, p. 40, 2014)

A responsabilidade social e coletiva dos seres humanos em uma sociedade civil perpassa pelo convívio humano, se o bem comum não alcança a todos em um Estado, deve-se rever a legitimidade que o estrutura, legitima e executa.

Agir para que a garantia dos direitos humanos aconteça, se os direitos fundamentais do estado de natureza da vida das pessoas, que são considerados como inalienáveis, não são assegurados é porque a sociedade está trapaceando com os princípios aos quais foram destinados. Ocorre que o Estado que foi formado e erguido pelo processo de escravidão e violência com pessoas sendo transformadas em objetos e mercadoria, deve-se colocar em prática políticas de reparação para que o povo consiga um equilíbrio social. Atualmente as cotas raciais em concursos públicos são um meio de reparação e justiça social, mas ainda é muito pouco.

15 de julho de 1955 Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. " Passei o dia indisposta. Percebi que estava resfriada. A noite o peito doía-me. Comecei a tossir. Resolvi não sair à noite para catar papel. (Jesus, p.11, 2014)

Existe contrato político social quando somos escravos do custo de vida? Respondo, não. Pois existem dois Estados: o Estado para a garantia dos direitos e privilégios e o Estado de exceção de direitos e dignidade das pessoas.

16 de maio. Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer.
[...] Eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que posso esperar do futuro? Um leite em Campos do Jordão. Eu quando estou com fome quero matar o Jânio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades cortam o afeto do povo pelos políticos" (Jesus p. 33, 2014).

A consciência política de Carolina nos conduz à compreensão de como se fundamenta e opera a organização ou a desorganização de um Estado. Essa é uma voz legítima e verdadeira do povo que ecoou e ecoa na nossa consciência buscando solução.

17 de maio. Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil? Eu estava descontente que até cheguei a abrigar com o meu filho José Carlos sem motivo. " (Jesus, p.

33, 2014) “Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. Equando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. [...] Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo (Jesus, p. 37, 2014)

O direito à vida, nestas condições narradas pela autora Carolina, está sendo negado. A miséria que é real instiga a vontade de morrer, e assim o Estado também burla a sua finalidade. Carolina se propõe a denunciar o abandono do Estado e o desvio do princípio do bem comum que é um dos ideais do contrato social. Com o poder da palavra ela nos ilumina a crítica, a compreensão e a reflexão sobre o direito de resistência.

2.2 A POLÍTICA É COMPREENDIDA ATRAVÉS DA CULTURA NO COTIDIANO

Uma lição que aprendemos sobre a história da crítica, na verdade, é a grande dívida que temos com a variedade da crítica do passado (Abrams, 2010, p. 21). Essa afirmação nos faz refletir sobre a obra *Quarto de Despejo* e sua relevante contribuição na cultura reflexiva brasileira. A maneira de escrever de Carolina está para além da sua época, é uma narrativa-verdade do cotidiano que transcende e rompe com o apagamento e silenciamento literário das pessoas marginalizadas e desvalidas de assistência, justiça e cidadania do poder público. Os textos da escritora fissuram com o cinismo da democracia brasileira, pois se há pessoas morrendo de fome em um país que produz toneladas de alimento, não há justiça e tão pouco democracia, e sim apartheid e extermínio.

O filósofo Achille Mbembe descreve as diferentes formas de matar que o Estado utiliza para exterminar a população indesejada. “Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer” (Mbembe, 2018 p. 18). O que Carolina escreveu e denunciou no livro *Quarto de despejo* é uma maneira de o Estado deixar morrer a população. Como já dissemos a partir de Brecht, são muitas as maneiras de matar que o Estado lança às pessoas senão há garantia de direitos humanos básicos. Carolina experimentava diariamente essas violências.

A obra de Carolina também pode ser lida como um tratado de ética, pois usa

do princípio da verdade e da busca do bem comum para escrever e narrar a autenticidade do cotidiano evocando o movimento da solução dos problemas do seu tempo.

No texto *O espelho e a lâmpada*, no capítulo “Introdução: Apresentação das teorias críticas”, Abrams inicia com uma frase de Aristóteles do livro *Ética a Nicômaco*: “É marca do homem esclarecido buscar precisão em cada categoria de coisas até onde a natureza do assunto admite” (Abrams, 2010 p. 19). Essa citação do tratado sobre ética de Aristóteles que Abrams traz, ao ser aproximada ao livro *Quarto de Despejo*, contribui socialmente para compreender a contribuição da humanidade de Carolina não só para a literatura brasileira, pois além da força, beleza e da magnitude da sua escrita há a grandeza da originalidade do seu lugar de fala. E isto é relevante, principalmente para a época que foi publicado. A genialidade de escrever, denunciar, conceituar problemas políticos sociais é de uma extraordinária compreensão crítica intelectual do poder emanado da palavra escrita, o que enriquece ainda mais a pluralidade e dimensão política da literata Carolina Maria de Jesus.

Compreendemos que a obra de Carolina é um clássico patrimônio da humanidade e contribui na compreensão atual do contrato político social entre povo e representantes políticos, além da importância de políticas de governo que dialoguem com a realidade da população. Essa dimensão da obra está para além das fronteiras do nosso país, porque por onde a colonização se fez presente há desigualdades sociais e fome para serem reparadas por governos e políticas públicas.

Tem se tornado muito comuns reportagens sobre a fome que as pessoas estão passando e sobre a histórica dificuldade do custo de vida, persistente situação de pobreza e miséria no Brasil. A escritora constantemente apontava em sua obra que o problema estava na política, de maneira que a solução deve vir da política.

No texto “Literatura e Linguagem Literária” há um trecho muito preciso: “A literatura pertence ao campo das artes (arte verbal), que o seu meio de expressão é a palavra e que a sua definição está comumente associada à ideia de estética/valor estético” (Lopes, p.1). Confrontando essa citação com a obra de Carolina compreendemos que o valor transcende a estética, porque há valor político e de humanidade na sua obra, pois a ferramenta principal que ela usou foi a verdade do dia-a-dia.

Lopes continua: “Digamos então, à partida, que o fenômeno literário se traduz em duas dimensões: por um lado a atividade de criação ou produção literária; por outro, o texto, o corpus textual de determinada coletividade, de determinado grupo, de

determinada época” (p. 2). Esse trecho nos faz refletir que a força de Carolina colocou como porta voz da denúncia coletiva da desigualdade através dos seus textos consagrados na memória literária da contemporaneidade, e refletem os problemas políticos e sociais do Brasil e do nosso tempo. A fome, que é um dos fenômenos que mais aparece na obra e se faz antagonista da vida dos favelados em 1950/1960 é algo que está latente no atual contexto político e social do país, um problema presente e que grita por solução: “Aqui na favela quase todos lutam com dificuldade para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros” (Jesus, 2014, p. 36) Nesta citação de 19 de maio de 1958, ela confirma que escreve para a coletividade, se manifesta em prol dos outros.

Se as obras dessa escritora fossem leitura obrigatória para todo brasileiro certamente haveria melhores escolhas políticas, pois, como dizia Carolina, “a fome também é professora”. E mesmo alguém que nunca tenha passado fome pode sentir através da força das suas palavras o peso e a dor da falta de alimento, principalmente quando ela descreve a cor da fome como amarela. Isto é muito forte, doloroso e intenso.

No livro *Teoria da Literatura: uma introdução*, no capítulo “Introdução: O que é Literatura?” há um trecho sobre a dimensão literária: “O discurso literário[...] leva a vivenciar a experiência de maneira mais íntima, mais intensa” (Eagleton, 2003, p.5). Ler Carolina e sua obra, em especial *Quarto de Despejo*, nos humaniza, e nos faz refletir sobre o racismo, a miséria e a falta de justiça social que nunca aconteceu após a escravatura. Uma literatura gigante, que inspira coragem e certamente é uma obra para além do seu tempo, que atravessa as fronteiras de qualquer disciplina, escancarando para a sociedade o que esta finge não ver, sobretudo as elites: a fome, a pobreza, a favela e a miséria na qual vivem as pessoas em situação de pobreza. Revela que a nobreza que há nas vidas que estão à margem dos padrões sociais não estão em posição de hierarquia no sentido humano, mas apenas em desvantagem de oportunidades.

O diário rompe com padrões de hierarquia da escrita. O método e a linguagem sincera, organizada, descolonial fez com que a obra fosse traduzida para mais de 14 idiomas, e reconhecida no mundo. A clareza das ideias de uma mulher negra, catadora de produtos reciclados que socialmente era vista como subalterna é de uma sapiência e facilidade fluida de entendimento que nos fazem continuar a leitura de maneira atenta. A veracidade da obra de Carolina é arrebatadora e atravessa

nossa alma. Ao ler o livro, sente-se a instigante vontade de gritar/lutar por justiça. Nuncamais o seu olhar para a pobreza será o mesmo. Ela denuncia a desigualdade, e a todomomento diz que o problema está na política. Em um trecho da obra ela relata que uma criança da favela morreu de desnutrição, quando afirma: “os médicos que estão na política sabem disso”. Ou seja, há muita consciência política, filosófica e social na sua narrativa. O livro é um tratado de ética e um chamado à Justiça, mas a justiça através das boas escolhas de políticos que representam o povo.

A artista da palavra nos proporciona sentimentos e reflexões de grandeza que a sua arte, literatura, filosofia verdade nos atravessa emoções e reflexões para a vida. É uma escritora para além do seu tempo. No artigo “Literatura e Linguagem literária” tem um trecho em que se afirma: “[...] A arte que se exprime pela palavra” (Matos, 2001, p. 200-201). Essa citação representa Carolina e sua obra, pois a escritora Carolina foi e é uma artista da palavra e está eternizada em sua obra nos fortalecendo e nos ensinando e motivando a escrever e a ler o que ela registrou a meio século. Trata-se de assistir aos mesmos problemas no país em 2021, 2022 e 2023, reafirmando-se ainda mais a compreensão e a importância da obra para a memória simbólica, documental e literária do país.

Eu acredito que a obra de Carolina pode e deve ser usada em todas as áreas humanas, pois traz reflexão crítica constante sobre a vida em sociedade e sobre a decência de valores e práticas de vida em sociedade. Carolina foi a protagonista da sua própria história. Rompendo com os grilhões que por muito tempo manteve em sua maioria homens brancos heteronormativos como vozes majoritárias da história do seu tempo. Senhora do seu tempo e da sua escrita, Carolina nos proporcionou ler a autenticidade da produção do seu pensamento e a veracidade da história.

Por isso entendo que seu diário é sem sombra de dúvidas um tratado de ética político-social. A coragem e a verdade são substâncias principais para lidar com as adversidades apontadas pela pensadora, escritora, filósofa da verdade dos problemas da contemporaneidade. A linguagem é um instrumento para tornar algo comum, e foi o que Carolina fez, comunicou ao mundo os problemas do seu tempo, do seu lugar, da sua nação. Mas ela não só comunicou, deixando questões para serem resolvidas, que são: O que vamos fazer com o problema? Como vamos intervir? Como acabar com a fome da população pobre, já que “os gêneros alimentícios devem ser ao alcance de todos” (Jesus, p. 38)? A propósito no artigo “Performances da oralitura: corpo, lugar da memória”, Leda Maria Martins fala sobre o “uso do significante

memória, orquestrado em um de seus lugares de reconhecimento, a escrita” (Martins, p.1)

3 CAPÍTULO 2: A HONRARIA VEM DO POVO

A academia, professores e alunos da Faculdade de Direito da USP já consideravam Carolina uma escritora e filósofa importante, por isso a escolheram em um relevante evento, para receber a honraria que primeiro seria destinada ao escritor e filósofo francês Jean Paul Sartre, com a célebre e marcante frase: “A França tem Sartre. Nós temos a Carolina.”

Quando chegamos na faculdade, os estudantes estavam nos esperando. Fizem hola para eu entrar e filmaram-me. Fui introduzida na sala de honra. Que beleza. A sala é bem ornamentada. O senhor Valdir apresentou-me ao público e disse que ia receber o meu diploma de membro honorário da academia da Faculdade de Direito. Que aquele diploma estava reservado ao escritor Jean Paul Sartre. Mas, devido o escritor francês ter muitos compromissos não lhe foi possível comparecer, eles resolveram oferecer-me e disse: - **A França tem Sartre. Nós temos a Carolina!** (Jesus, 2021, p. 44, grifo nosso)

No livro *O ser e o Nada*, Sartre traz o conceito de Liberdade para o ser humano. Para Sartre, o homem sempre tem a liberdade de escolha. No entanto, a condição de Carolina na favela do Canindé não era escolha, era imposição de um sistema de governo, percebe-se que em muitos momentos no livro “Quarto de Despejo” o suicídio aparece como única escolha para não se viver naquela condição sub-humana. Contudo, a resposta de Carolina contra a prisão sem grades da favela foi de confronto através da escrita e das palavras. A obra de Carolina foi tra

A França tem Sartre, homem branco com a sua visão de liberdade, nós temos a Carolina com a consciência e verdade sobre a sua ótica de Liberdade dentro de uma sociedade estruturalmente racista em todas as instituições, não só a de Estado e governo. Percebe-se, também, que em 1960 Carolina foi cativada ao olhar da filosofia, pois nesta época Sartre Já era um consagrado filósofo existencialista francês.

Em 2015, em algumas aulas sobre filosofia política, levei Carolina Maria de Jesus para a ementa da disciplina Filosofia e ela foi a autora que possibilitou aos alunos uma construção didática para a compreensão de um conceito da filosofia política, pois ela dialoga com isso: denuncia, instiga e propõe soluções políticas para os problemas do seu tempo e do seu lugar.

Uma autora que denuncia o problema, faz críticas aos de fora da favela e aos moradores da favela também, buscando uma solução coletiva para todos, como bem salientam Conceição Evaristo e Vera Eunice de Jesus no prefácio da nova edição de

Casa de Alvenaria:

Politizada, Carolina tinha uma visão considerável do assunto e sempre fazia análises da política brasileira de maneira crítica, consciente e inteligente. Frequentava inclusive o palácio do governo, na avenida Rio Branco, e era bem-recebida mesmo trajando roupas rotas e simples (Evaristo e Jesus In: Jesus, 2021, p. 21)

O meu encontro com Carolina de Jesus em observar os problemas do povo a partir da verdade nua e crua, me fez produzir e submeter um projeto de pesquisa na pandemia para o mestrado em Estudos de linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África. Ao ver uma reportagem onde mulheres se debruçavam em um caminhão coletor de lixos para pegar alimentos descartados, a imagem cheia de significados e denúncia me fez lembrar automaticamente da obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*.

Trazer Carolina, e seus escritos é importante para manter viva e atenta a memória do povo brasileiro e ao mesmo tempo refletir sobre qual democracia queremos e estamos edificando para as próximas gerações, já que os mesmos infortúnios políticos e sociais se perpetuam na existência da população em sua maioria pobre e negra. O racismo estrutural presente nas relações sociais condena à invisibilidade e à exclusão as camadas da população não brancas, sejam elas indígenas ou afrodescendentes. O Brasil continua colonizado nas práticas cotidianas de todas as esferas sociais e isto precisa ser questionado e enfrentado para fundir uma sociedade justa, igualitária onde todos, independentemente da cor, possam usufruir dos mesmos direitos de cidadania. O filósofo, jurista, professor e escritor brasileiro Silvio Almeida lança luz sobre isso ao dizer:

Uma vez que o Estado é a forma política do mundo contemporâneo, o racismo não poderia se reproduzir se, ao mesmo tempo, não alimentasse e fosse também alimentado pelas estruturas estatais. É por meio do Estado que a classificação de pessoas e a divisão dos indivíduos em classes e grupos é realizada. Os regimes colonialistas e escravistas, o regime nazista, bem como o regime do apartheid sul-africano não poderiam existir sem a participação do Estado e de outras instituições como escolas, igrejas e meios de comunicação. O Estado moderno é ou Estado racista – casos da Alemanha nazista, da África do Sul antes de 1994 e dos Estados Unidos antes de 1963 -, ou Estado racial – determinados estruturalmente pela classificação racial -, não havendo uma terceira opção. Com isso, quer dizer Goldberg que o racismo não é um dado acidental, mas é um elemento constitutivo dos Estados modernos (ALMEIDA, 2021, p. 87).

Nesta citação de Silvio Almeida, do livro *Racismo Estrutural*, podemos

compreender que a exclusão social em um Estado tem uma ligação direta com o racismo. E assim podemos compreender como esta relação pode ser naturalizada na engrenagem do poder político e das suas manifestações.

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas . Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas. (Jesus, 2014, p. 85)

Saí e fui catar papel. Ouvia as mulheres lamentando com lágrimas nos olhos que não mais aguenta o custo de vida. (Jesus, 2014, p. 94)

Essas citações evidenciam a engrenagem da falta de oportunidades que acontece em desacordo com a vitrine da imagem da cidade de São Paulo e da favela. Isto é necropolítica, uma maneira sofisticada de exterminar os indesejados. O conceito de “necropolítica” foi enunciado pelo filósofo camarônes Achille Mbembe e falaremos dele mais adiante.

O filósofo Aristóteles, no livro *Ética a Nicômaco*, no capítulo “Da Justiça”, nos traz um conceito sobre Justiça que vale lembrar, e diz que:

Muitas vezes um estado é reconhecido por seu contrário, e com frequência o estados são reconhecidos pelos sujeitos que os manifestam porque: (a) se o bom estado é conhecido, o mau estado também se torna conhecido; e (b) o bom estado é conhecido pelas coisas que estão em boas condições e vice-versa (Aristóteles, 2021 p.105)

Nesta citação lembramos que dessa forma pode acontecer o rompimento do princípio de Justiça que deve estar atrelado no Contrato-social, quando os sujeitos que foram escolhidos agem de forma contrária aos princípios do bem comum.

3.1 QUAL É O FATOS SOCIAL QUE ROMPE O CONTRATO POLÍTICO-SOCIAL?

A fome aparece como um conceito, como um fato social que rompe e confronta o contrato político. Há uma máxima filosófica na literatura de Carolina - “a fome como um fato social” - que rompe o contrato político entre o povo e seus representantes. Vale salientar que a fome denunciada por Carolina não é somente a fome de alimentos, mas a fome de dignidade, cidadania e oportunidades.

Carolina reivindica a legitimidade e o reconhecimento da sua cidadania e que

isto aconteça sem hierarquia de classe social. Ela não leu a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nem a “Convenção Americana Sobre Direitos Humanos” (Pacto de São José da Costa Rica), celebrada em 1969, que tem o Brasil como signatário desde 25 de setembro de 1992, para escrever e denunciar as mazelas sociais do Brasil no Livro “Quarto de Despejo, pois a atual carta Magna do Brasil foi legitimada em 1988, e o Tratado Internacional De (São José da Costa Rica) foram publicados posteriormente a publicação do livro Quarto de Despejo.

Também não sabemos se Carolina leu a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, mas é indubitável e inquestionável a sua reivindicação por reconhecimento de humanidade em uma sociedade que a cada dia está mais sofisticada em desumanizar pessoas, principalmente pessoas pretas neste país.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) “a cada 23 minutos morre um jovem negro no Brasil” Esta afirmação foi feita ao lançar uma campanha contra a violência intitulada “Vidas negras” que mostra que a violência está ligada diretamente ao racismo. Os números são do mapa da violência da Faculdade Latino-Americana em Ciências Sociais (FLACSO).

Ou seja, para além da desumanidade, também está a Necropolítica enquanto um sistema de apartheid que o escritor e filósofo camaronês Achille Mbembe nos atira a memória e nos mostra. Segundo Mbembe, a Necropolítica reúne as diversas formas contemporâneas que subjagam a vida da população ao poder da morte. Vou citá-lo, para que o seu pensamento traga luz ao obscurantismo:

“Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. ” (Mbembe, 2018, p. 10 e 11)

“Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo” (Mbembe, 2018, p. 17).

Estas citações de Mbembe vão ao encontro dos problemas evidenciados e narrados por Carolina Maria de Jesus, isto é, essa relação direta de necropolítica como projeto de destruição de um grupo. E para que essa destruição não aconteça deve-se se colocar em enfrentamento.

Segundo Carolina, “Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta

enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido” (Jesus, 2014, p. 39). Sendo assim, a Política acontece no pluralismo do cotidiano.

3.2 NÃO HÁ CONTRATO SEM DIREITOS GARANTIDOS

O que é um contrato político social? Para que não aconteça uma análise precipitada e generalizada sobre o assunto, iniciaremos uma breve explanação do sentido de cada palavra, para que o conceito de “Contrato Político” seja compreendido em essência.

“Contrato” é um acordo de vontade legítimo entre as partes que confere legitimidade e garantia de transferência de direitos, transferindo-se assim poderes de escolha e decisão.

Por “Político” entendemos o termo que se refere ao representante dos poderes do negócio público. Derivada do termo grego “politikos”, que correspondia aos cidadãos que viviam na “Polis”, cidade. Vale salientar que nem todas as pessoas eram consideradas cidadãos, porque nem todos tinham poderes de escolha política na cidade. Segundo o filósofo Aristóteles, todo homem é um ser político. Para Platão, a Política é um serviço:

Política seria a atividade de organizar e governar o conjunto social de modo que todos pudessem desenvolver o que têm de melhor e chegar à forma de vida mais adequada ao conjunto. Como Platão chamava de Bem o ideal da Plena realização de todas as coisas, ele concebia a Política como um serviço ao Bem. (Savian, 2016 p. 251)

Platão consiste em defender que o governo da cidade ou o serviço das leis deve ser dado a quem é o melhor exemplo de seguidor das mesmas leis estabelecidas na cidade. Convém lembrar que, nos tempos de Platão, a cidade era uma cidade-Estado, ou seja, uma cidade com estatuto de País. O objetivo da Política, portanto, seria, segundo Platão, realizar a Justiça (favorecer o bem de todos). Em outras palavras, a Política, segundo Platão, é um meio, e não um fim ou uma finalidade em si mesma. (Savian, 2016, p. 253)

No dicionário jurídico o significado do termo Contrato Social é: “Acordo lícito visando transferência de direitos ou sua aquisição. [...] Aquele que regula a Constituição das sociedades de qualquer natureza.” (Guimarães, 2010, p. 81 e 84)

Carolina caminhou como as águas em direção ao seu desejado destino, desviando-se das pedras e barreiras do caminho e desaguando em forma de poesia e literatura com a força e a beleza de uma cachoeira até se tornar referência de

pensamento e escrita.

Na encruzilhada da vida cotidiana, todos os seus caminhos eram de palavras, foram de poesia, música, crítica, humor, romance, verdade, dores e beleza sob o sol e alcançou lugares que só um raio de sol poderia chegar, deixando um legado de luz, grandeza e referência para as gerações seguintes. A minha avó Ana Maria Beirão, costuma dizer que: “o sol brilha para todos”, e diante da sabedoria da minha avó, eu acredito que a escritora Carolina Maria de Jesus é um sol que continua brilhando e eternizada em quem a lê.

Paulo Freire, o patrono da educação brasileira, diz que “um educador se eterniza nos educandos”, e considero que Carolina está eternizada em seus leitores, a quem educa com seu pensamento clássico de altivez.

Mas eu já observei os nossos políticos. Para observá-los fui na Assembleia. A sucursal do Purgatorio, porque a matriz é a sede do Serviço Social, no palácio do Governo. Foi lá que eu vi ranger de dentes. Vi os pobres sair chorando. E as lágrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os poetas do lixo, os idealistas das favelas, um expectador que assiste e observa as tragédias que os políticos apresentam em relação ao povo. (Jesus, 2014, p. 53)

Essa citação, em que a autora afirma que para observar os políticos ela foi à Assembleia é de uma grandeza imensa. Afinal, quem de nós, pesquisadores contemporâneos, vai à Assembleia para observar de perto o comportamento dos políticos? Carolina de Jesus, em 1958, mesmo com todas as suas lutas pela sobrevivência e dos seus filhos ia até lá. Isso nos faz recordar o filósofo Sócrates, que na Grécia Antiga desenvolvia o pensamento em praça pública e assembleias, unindo a vida concreta ao pensamento e à prática. Prática, Carolina vai até a Assembleia, questiona e depois elabora o seu pensamento como uma escrevivência. O escritor Lima Barreto também frequentava Assembleias. Essa virtuosa ética de Carolina confronta a consciência moral que, ao fazer omissão a clamores do povo, descortina as contradições dos embates políticos sociais do cotidiano e desnuda falácias.

Ela traz humor a crítica quando diz o seguinte: “comprei um pão as 2 horas. É 5 horas, fui partir um pedaço já está duro [...] O pão atual fez uma dupla com o coração dos políticos. Duro, diante do clamor público” (Jesus, 2014, p. 53).

Trazer Carolina de Jesus para centralizar o debate do contrato político-social é refletir em uma dimensão ótica descolonizada a literatura, a linguagem, a filosofia, a política e a encruzilhada da docência na academia e no cotidiano dos discentes diante

das possibilidades de aprender. O cantor Caetano Veloso em sua canção “Língua”, afirma o seguinte:

[...] Incrível
 É melhor fazer uma canção
 Está provado que só é possível filosofar em
 alemãoSe você tem uma ideia incrível
 É melhor fazer uma
 canção Está provado que
 só é possívelFilosofar em
 alemão[...]
 A língua é minha Pátria
 eu não tenho Pátria: tenho mátria

A escritora estudada será a nossa Mátria. Acredito que essa imagem do cantor e compositor Caetano Veloso faz referência um pouco a sua experiência, pois ele, assim como a pessoa que aqui escreve, também estudou filosofia e percebe a crítica à predominância do pensamento alemão no ensino de filosofia. Comparo essa estrofe da canção de Caetano ao que afirma o filósofo Nietzsche:

Temos a arte, para que não pereçamos sob o peso da realidade. [...] um vir-a-ser e perecer, um construir e destruir, sem nenhuma prestação de contas de ordem moral, só tem neste mundo o jogo do artista e da criança. E assim como joga a criança e o artista, joga o fogo eternamente vivo, constrói em inocência – esse jogo joga o instante eterno consigo mesmo. Transformando-se em água e Terra, faz, como uma criança, montes de areia à borda do mar, faz e desmantela: de tempo em tempo começa o jogo de novo. Um instante de saciedade: depois a necessidade o assalta de novo, chama à vida outros mundos. Às vezes, a criança atira fora seu brinquedo: mas logo recomeça, em humor inocente (Nietzsche, 2009)

A literatura de Carolina existe para que a realidade do cotidiano não a destrua, e aqui buscou-se a arte através da literatura de Carolina para que o conhecimento chegue de modo próximo, compreensível e com linguagem verdadeira e de esperança afetiva às pessoas: “Mas o povo não deve cançar. Não deve chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos sofrendo” (Jesus, 2014, p. 54). “Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros (Jesus, 2014, p. 36).

Nessa citação evidencia-se o seu modo de vida contracolonial. Aqui resgatamos também a essência do modo de filosofia Bantu, o Ubuntu, que tem a máxima “eu sou porque nós somos”.

Na primeira aula da disciplina Letramento de Resistência no mestrado, a professora nos perguntou: o que vocês entendem por resistência? Respondi que em

uma sociedade racista e capitalista que nos quer mortos, estar vivo(a) já é ato de resistência, já é resistir. Lembrei de um trecho da obra de Carolina:

Parei na banca de jornais. Li que uma senhora e três filhos havia suicidado por encontrar dificuldades para viver. (Jesus, 2014, p.62)
 [...] É uma vergonha para uma nação. Uma pessoa matar-se porque passa fome. E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia:
 - Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome!
 Penso: será que ela procurou a Legião Brasileira ou Serviço Social? Ela devia ir nos palácios falar com os manda chuva.
 [...] A notícia do jornal deixou-me nervosa. Passei o dia chingando os políticos, porque eu também quando não tenho nada para dar aos meus filhos fico quase louca. (Jesus, 2014, p. 63)

Na pesquisa Carolina evidencia a fome como um fato social que rompe com o acordo político social, ou seja, não pode existir acordo enquanto a vida que é propriedade primordial estiver correndo risco de morte. A população negra resiste as necropolíticas. Para nos alertar, a escritora Conceição Evaristo no livro *Olhos D' água*, em um de seus contos traz uma escrivência que nos lembra:

A gente combinamos de não morrer

A morte brinca com balas nos dedos gatilhos dos meninos. Dorvi se lembrou do combinado, o juramento feito em voz uníssona, gritando sob o pipocar dos tiros:

- A gente combinamos de não morrer!

Limpou os olhos. Lágrimas apontavam diversos sentimentos. A fumaça que subia do monturo de lixo, ao lado, justificava qualquer gota ou rio-mar que surgisse e rolasse pela face abaixo. Era a fumaça, desculpou-se consigo mesmo e cantarolou mordiscando a dor, a canção do Seixas: "Quem não tem colírio usa óculos escuros." A morte incendeia a vida, como se essa estopa fosse. (Evaristo, 2018, p. 99)

Vi só lágrimas e lágrimas. Entretanto, ela sorria feliz. Mas eram tantas lágrimas, que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face. E só então compreendi. Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era cor de OLHOS D'ÁGUA. Águas de mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície. Sim, águas de Mamãe Oxum. (Evaristo, 2018)

A escritora moçambicana Paulina Chiziane, vencedora do prêmio Camões em 2022, em seu livro *O Canto dos escravos*, tem um verso que nos ilumina:

Não te demitas da Vida
 No pior abismo abre a janela da esperança e te refresca
 Nos momentos de depressão, para e olha para trás
 Não te demitas da vida por te sentires no abismo
 A solidão e a dor, incubam energias da nova aurora
 Descobrirás que a vida é o melhor dom do mundo
 Nunca te suicides, por favor, resiste, resiste sempre!
 (Chiziane, 2017, p. 108-109).

No contrato político-social a primeira propriedade que o Estado deve assegurar é a vida. No entanto, em um Estado onde as pessoas não têm o que comer, a vida deixa de estar em segurança. Em um Estado Democrático como o Brasil, por exemplo, não deve existir o não-lugar do ser humano. Ou a sua humanidade está assegurada ou ela não está. A escritora Carolina de Jesus em alguns momentos expõe suicídios que aconteciam na favela, como este: “29 de abril Hoje eu estou disposta. O que me entristece é o suicidio do senhor Tomás. Coitado. Suicidou-se porque cansou de sofrer com o custo de vida (Jesus, 2014, p.161).

Muchas maneras de matar²

Hay muchas maneras de matar: se puede clavar un puñal en el vientre de alguien, quitarle el pan, no cuidarlo cuando está enfermo, confinarlo en un tugurio, hacerlo trabajar hasta el agotamiento, empujarlo al suicidio, llevarlo a la guerra, etc. Pocas de esas formas de asesinato están prohibidas en nuestro país. (Brecht, 1965, p.46).

“Pelo Pacto Social, demos existência e vida ao corpo político: trata-se agora de dar-lhe, pela legislação, o movimento e a vontade. Pois o ato primitivo pelo qual esse corpo se forma e se une nada determina ainda do que ele deve fazer para conservar-se” (Rousseau, 2007, p.52).

Ou você está inserido no projeto político ou não está. E Carolina de Jesus, no diário *Quarto de Despejo*, enuncia com a força e a beleza das suas palavras a rachadura do nosso contrato político social. Que também pode ser lido como “Condição inhumana”, estado de exceção etc.: “O poder de matar, deixar viver ou expor a morte? Quem é o sujeito dessa lei?” (MBEMBE, p.8).

Essa citação de Mbembe nos faz recordar os trechos trazidos abaixo do livro *Quarto de Despejo*:

16 de julho[...] Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer. Fiquei nervosa, pensando: será que Deus esqueceu-me? Será que ele ficou de mal comigo? (Jesus, 2014, p.174)

20 de maio de 1958. Quando cheguei do palácio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me:

- Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo. Foi a

² Há muitas maneiras de matar uma pessoa. Cravando um punhal, tirando o pão, não tratando sua doença, condenando à miséria, fazendo trabalhar até arrebentar, impelindo ao suicídio, enviando para a guerra etc. Poucas dessas formas de assassinato estão proibidas em nosso país. ” (Tradução nossa)

primeira vez que vi a minha palavra falhar. Eu disse:

- É que eu tinha fé no Kubistchek.
- A senhora tinha fé e agora não tem mais?
- Não meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso país tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia. [...]. Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido. (Jesus, 2014, p. 39)

Nesse trecho que Carolina escreveu em 20 de maio de 1958, é possível observar a semelhança do descaso com a fome das pessoas e como fica a desejar a assistência e a justiça política e governamental para essas pessoas. E é cotidiano na contemporaneidade.

Aimé Césaire, no livro *Discurso sobre o colonialismo* nos traz uma reflexão importante:

Ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente; que uma nação que coloniza, que uma civilização que justifica a colonização – portanto, a força – é já uma civilização doente, uma civilização moralmente ferida que, irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação em negação em negação, chama o seu Hitler, isto é, o seu castigo. (Césaire, 1954, p. 21)

Esta citação de Césaire nos ilumina para a posição de resistência que devemos tomar contra um governo leviano, racista, fascista, desumano e cruel. Carolina de Jesus usou as palavras e a escrita para lutar e resistir contra toda violência e opressão que o Estado lhe impôs.

22 de junho [...] Saí triste porque não tinha nada em casa para comer. Olhei o céu. Graças a Deus não vai chover. Hoje é segunda-feira. Tem muitos papeis nas ruas. No ponto do bonde, eu me separei da Vera. Ela disse:
- Faz comida, que eu vou chegar com fome.
A frase comida ficou eclodindo dentro do meu cérebro. Parece que o meu pensamento repetia: Comida! Comida! Comida!
Dizem que o Brasil já foi bom. Mas eu não sou da época do Brasil bom. [...] Hoje eu fui me olhar no espelho. Fiquei horrorizada. O meu rosto é quase igual ao de minha saudosa mãe. E estou sem dente. Magra. Pudera! O medo de morrer de fome! (Jesus, 2014, p.175)

Nota-se que as marcas da desigualdade também refletem na aparência do corpo, uma sociedade desigual estampa desigualdade em diversas formas, mas infelizmente arrota mérito. Quantas Carolinas não tivemos a oportunidade de conhecer, porque o sistema de opressão as silenciou e/ou não oportunizou possibilidades?

- Carolina, é verdade que vão acabar a favela?
 - Não. Eles estão fazendo uma fita de cinema.
- O que se nota é que ninguém gosta da favela, mas precisa dela. Eu olhava opavor estampado nos rostos dos favelados. (Jesus, 2014, p.190)

Nesta última citação nota-se que a pobreza dá lucro aos ricos. Carolina é a voze a personificação da insurgência e resistência crítica do povo brasileiro, em especial das mulheres negras e mães que em algum momento viveram situação de extrema vulnerabilidade. Em diversas páginas do livro *Quarto de despejo, diário de uma favelada*, ela narra as dores no corpo e sempre compra um remédio chamado “melhoral” para suportar a dor e conseguir ir trabalhar/catar materiais reciclados no frio e muitas vezes com fome.

Não podemos banalizar a desumanização das pessoas, mas nós, enquanto povo e sociedade, não podemos permitir que outras carolinas passem por toda violência social que ela passou. É dever político, humano e social conhecer a história, para que o nosso Direito de verdade e memória sejam preservados, e não permita que se repitam esses fatos de desumanização e colonização na contemporaneidade que se apresentam pelas manobras do capitalismo. Reivindicar uma sociedade justa e digna para todas as pessoas é um legado de Carolina Maria de Jesus.

O diário é o reflexo e a escrita do rompimento do contrato político-social. Pela luz da verdade e do descaso estrutural e institucional do Estado. Ao longo do diário, a escritora faz uma série de críticas a todas as instituições do governo e da sociedade - ao serviço social, à justiça, ao sistema de saúde, à polícia, aos políticos açambarcadores, aos empresários mercenários[...] A elite do colonialismo contemporâneo é incoerente e age com má fé para manter os privilégios sociais.

Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade ao povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido.

[...]

22 de maio de 1958. Eu hoje estou triste. Estou nervosa. Não sei se choro ou saio correndo sem parar até cair inconsciente. É que hoje amanheceu chovendo e eu não saí para arranjar dinheiro. (JESUS, 2014, p. 39-41)

Nesta citação podemos compreender o desespero e a falta de liberdade econômica sufocada pela desumanidade do capitalismo e do sistema representado pelo modelo da pirâmide social: “13 de maio hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da abolição. Dia que comemoramos a libertação dos

escravos. [...]Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles veem as coisas de comer eles brada”.

Carolina narra o dia 13 de maio de 1959 e lembra da data da abolição da escravatura, em uma reflexão crítica sobre a data, ela nos conduz ao modelo contemporâneo da escravatura, de maneira que sua citação faz conexão com a canção “14 de maio”, onde os compositores narram que a abolição não aconteceu na prática do cotidiano das pessoas negras, pois não houve justiça social após a assinatura da lei. A Lei Aurea aconteceu, como um ditado popular, “apenas para inglês ver” de maneira que na prática tudo continuava igual. As pessoas negras marginalizadas e desumanizadas na sua dignidade e existência. Segue abaixo um trecho da música:

No dia 14 de maio, eu saí por aí
 Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir
Levando a senzala na alma, subi a favela
Pensando em um dia descer, mas eu nunca desci³
 Zanzei zonzão em todas as zonas da grande agonia
 Um dia com fome, no outro sem o que comer
 Sem nome, sem identidade, sem fotografia
 O mundo me olhava, mas ninguém queria me ver
 No dia 14 de maio, ninguém me deu bola
 Eu tive que ser bom de bola pra sobreviver
 Nenhuma lição, não havia lugar na escola
 Pensaram que poderiam me fazer perder
 Mas minha alma resiste, o meu corpo é de luta
 Eu sei o que é bom, e o que é bom também deve ser meu
 A coisa mais certa tem que ser a coisa mais justa
 Eu sou o que sou, pois agora eu sei quem sou eu
 Será que deu pra entender a mensagem?
 Se ligue no Ilê Aiyê
 Se ligue no Ilê Aiyê
 Agora que você me vê
 Repare como é belo
 Êh, nosso povo lindo
 Repare que é o maior prazer
 Bom pra mim, bom pra você
 Estou de olho aberto
 Olha moço, fique esperto que eu não sou menino

Nesta canção, dos compositores Antonio Jorge Portugal e Lazaro Jeronimo Ferreira, podemos observar que é uma verdade cotidiana das gerações. A música tem a perspectiva de resistência crítica que Carolina Maria de Jesus também traz em seu livro sobre a data 13 de maio e as mazelas sociais que foram impostas historicamente à população negra. Vale salientar também que, após a abolição,

³ Grifo nosso.

houve a legitimação de diversas leis que impediam essas pessoas de trabalhar, estudar, comprar terras e imóveis, ou seja, de exercer cidadania. No livro *Cotas raciais* a escritora Livia Sant'Anna Vaz apresenta uma linha do tempo de atos normativos, resoluções, estatuto, regulamentos e leis provinciais que proibiam ou restringiam o acesso de pessoas negras e/ou escravizadas às escolas, no Brasil do século XIX. Trago abaixo essa Linha do Tempo que há no livro *Cotas Raciais* sobre leis e atos normativos que proibiam pessoas negras de acessarem a educação, onde se evidencia a crueldade do Estado contra pessoas negras:

Linha do tempo

Atos normativos e leis provinciais que proibem ou restringiam o acesso de pessoas negras e/ou escravizadas às escolas, no Brasil do século 19.

25/03/1824 Constituição do Império do Brasil: garante a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos (escravos não eram cidadãos).

28/03/1835 Lei Provincial nº 13 da Província de Minas Gerais: dispõe que apenas pessoas livres podem frequentar escolas.

23/06/1835 Primeira Lei de de Instrução Pública da Província de Goiás: com redação idêntica à lei mineira, dispõe que apenas pessoas livres podem frequentar as escolas.

1835 Lei da Província do Espírito Santo: institui a proibição de ensinar escravos a ler e escrever, bem como a realizar ofícios e artes.

05/11/1836 Resolução nº 27 que aprova os Estatutos para aulas de Primeiras Letras da Província do Rio Grande do Norte: proíbe os professores de admitirem alunos não livres em suas aulas, permitindo, no entanto, que as professoras recebam “pessoas escravas; para o fim tão somente de lhes ensinar as prendas domésticas”, desde que não as incluam no livro de matrícula, sob pena de perda do ordenado correspondente a um mês.

14/01/1837 Lei nº 1 da província do Rio de Janeiro: proíbe de frequentar as escolas públicas todas as pessoas que padeçam de molestias contagiosas, os escravos e os pretos africanos, ainda que livres ou libertos.

05/05/1837 Lei Provincial nº 8 da Província do Rio de Janeiro: determina que somente pessoas livres podem frequentar as escolas públicas, deixando, assim, de prever a proibição expressa aos pretos africanos livres ou libertos.

06/05/1837 Lei nº 20 da Província da Paraíba: prescreve que os professores só podem admitir em suas aulas pessoas livres.

08/11/1837 Lei nº 20 da Província do Rio Grande do Norte: impede a admissão de pessoas não livres nas aulas públicas.

22/12/1837 Lei nº 12 da província do Rio Grande Sul: cria na Capital da

Província um Colégio de Artes Mecânicas para ensino de órfãos pobres expostos, e filhos de pais indigentes que tenham chegado à idade de dez anos, sem seguir alguma ocupação útil. “Além destes, também admite nas oficinas do Colégio “quaisquer moços, exceptuados os escravos”.

22/12/1837 Lei nº 14, que dispõe sobre a Instrução Primária da Província de São Pedro do Rio Grande do sul: proíbe de frequentar as escolas públicas todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas, além dos escravos pretos, ainda que livres ou libertos.

04/11/1848 Estatuto do Atheneu da Cidade do Natal: estabelece como um dos requisitos indispensáveis à matrícula que o aluno seja liberto ou ingênuo.

12/05/1851 Regulamento sobre a Instrução Pública da Província de Pernambuco : proíbe o acesso de africanos ainda que livres ou libertos, às aulas públicas.

17/02/1854 Decreto nº 1.331-A (Decreto Couto Ferraz), que regulamenta o ensino primário e secundário do Município da Corte: disciplina que não são admitidos à matrícula, nem podem frequentar as escolas meninos não vacinados ou que padeçam de moléstias graves, bem como escravos.

01/07/1854 Lei nº 382 da Província de Santa Catarina: estabelece que os professores recebam como seus discípulos todos os indivíduos que lhes sejam apresentados para aprender as primeiras Letras, exceto os cativos e os afetados por moléstias contagiosas.

02/12/1854 Regulamento para a Instrução Primária da Província do Mato Grosso: não admite à matrícula os que tiverem moléstia contagiosa e os escravos.

14/05/1855 Lei nº 369, sobre a Instrução Pública da Província de Pernambuco: declaradamente inspirado na Reforma Couto Ferraz, proíbe escravos de frequentarem as escolas.

02/02/1855 Regulamento da Casa dos educandos Artífices da Província do Maranhão: destinada a meninos pobres e desvalidos, veda a admissão de escravos.

08/01/1857 Regulamento Geral da Instrução Pública da Província do Paraná: garante a gratuidade das matrículas, mas delas exclui meninos portadores de moléstias contagiosas e mentais, não vacinados, menores de 5 e maiores de 15 anos, incorrigíveis e escravos.

09/08/1858 Lei nº 376, que institui o Regulamento do Colégio dos educandos Artífices do Rio Grande do Norte: veda a admissão de escravos, ainda que estes demonstrem atender às condições exigidas pelo artigo 2º (ser pobre ou desvalido, ter entre 10 e 15 anos de idade e possuir condições sanitárias satisfatórias).

24/01/1859 Regulamento relativo aos Educandos Menores do Arsenal de Guerra da Classe Provincial de São Paulo do Rio Grande do Sul: reservado aos expostos, órfãos abandonados e filhos de presos pobres, mas interdita menores que padecem de moléstia contagiosa, idiotas, epiléticos, os não robustos, os que não gozam de boa saúde e os escravos.

Década de 1860 primeiros ou novos regulamentos de instrução de diversas províncias seguem reforçando a interdição de escravos no ensino público, a exemplo de Minas Gerais (1860 e 1867), Bahia (1862), Rio Grande do Norte (1865 e 1869), Goiás (1869), Santa Catarina (1869) e São Paulo (1869).

07/09/1874 Regulamento da Escola Noturna Sete de Setembro da Província de Santa Catarina: admite a matrícula de escravos, desde que tivessem licença de seus senhores.

22/02/1876 Regulamento da Instrução Pública da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: determina que escravos não são admitidos á matrícula nem podem frequentar as escolas.

21/08/1876 Regulamento da Escola Noturna Provincial da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: destinada especialmente ao ensino das classes menos abastadas privadas de frequentar durante o dia os estabelecimentos de instrução, admite em suas aulas os adultos ingênuos ou libertos , sem outra condição além do procedimento e meio de vida honesto devidamente comprovado.

13/02/1878 Regulamento da Instrução Pública da Província do Mato Grosso: volta a restringir a matrícula de escravos nas escolas públicas.

06/09/1879 Decreto nº 7.031-A do Município da Corte: cria cursos noturnos para adultos do sexo masculino nas escolas públicas de instrução primária do primeiro grau, autorizando a matrícula “todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 anos”.

Década de 1880 Leis provinciais ainda mantêm o impedimento de matrícula e frequência de escravos às escolas públicas, a exemplo dos regulamentos da Bahia (1881), Goiás (1884), Paraíba (1886) e São Paulo (1887), este último com a peculiaridade de proibir a matrícula dos escravos, “salvo nos cursos noturnos e com consentimento dos senhores”.(Vaz, 2022, p. 44, 45, 46, 47 e 48)

De encontro a isso os imigrantes brancos eram financiados pelo governo brasileiro para desenvolverem os mesmos trabalhos que as pessoas escravizadas exerciam nas lavouras, conseguindo estudar e adquirir terras. Esse boicote de possibilidades das pessoas negras era legitimado com leis. Livia Sant’Anna Vaz demonstra que, por exemplo, em “25/03/1824, a Constituição do Império do Brazil garante a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos (escravos não eram cidadãos)” (Vaz, 2022, p. 44).

A repressão à existência das pessoas negras era tanta que até o século XX a capoeira - uma das maiores representações da cultura, sabedoria e resistência da população afro-brasileira, era considerada crime em nosso código Penal até o ano de 1940. E só através do Mestre Bimba, Manuel dos Reis Machado, capoeirista baiano que apresentou a capoeira ao então presidente Getúlio Vargas, ela foi retirada do código Penal, não sendo mais tipificada como crime.

Trazemos um trecho do cordel “Mestre Bimba capoeira, vida e emoção” para demonstrar como a honraria e o reconhecimento vem do povo e das ruas. A arte do povo e para o povo está presente na memória e no cotidiano das pessoas, nas feiras livres ou literárias, para além dos muros acadêmicos, pois um nobre herói e artista do cotidiano é condecorado e lembrado pelas pessoas. Em homenagem a Mestre Bimba, o cordelista Antonio Barreto nos alerta a memória com esses trechos abaixo de cordel:

Bimba nunca teve estudo
De escola ou academia
Mas brilhava em sua arte com
beleza e maestria:
Um “Doutor Honoris Causa”
Que honrou nossa Bahia.

Dedicado e inteligente
Na luta de capoeira
Percebeu que a inovação
Era a sua companheira
Daí pôde transformar
Essa arte brasileira.

Consciente em seu labor
Tornou seu sonho real
E impediu que capoeira
Fosse arte marginal
Pois na época era crime
Em nosso código penal.

Mestre Bimba muito atento
Bela atitude tomou:
De pronto a Getúlio Vargas
A capoeira mostrou
E o presidente então
No ato se apaixonou!

O presidente Getúlio
Logo deu o seu aval
Transformando a capoeira
Em esporte nacional
Patrimônio valioso
De tradição cultural.
(Barreto, 2011, p. 3-4)

Trazemos esse trecho do cordel “Mestre Bimba Capoeira, Vida e emoção” para mostrar que em todas as esferas que a colonização tocou há pessoas negras brilhantes lutando politicamente contra a opressão, e cada uma a seu modo. Mestre Bimba usou a arte da capoeira, Carolina usou a escrita.

4 CAPÍTULO 3: ESCRITA, ARTE E REALIDADE

A arte confronta a realidade. A arte da escrita de Carolina descreve em muitos momentos a tragédia da tentativa de civilização contratual da humanidade.

Quando podemos dizer que uma sociedade está enferma? Em qual momento visualizamos a tragédia social e nos damos conta que podemos estar sendo desumanizados ou desumanizando? Quais fatos podem marcar o rompimento de um contrato político-social? A seguir, vamos observar o registro do século XX feito por Carolina confrontando a realidade do século XXI. Vamos observar o movimento da tragédia e da dessolução do Contrato político-social, do fracasso capitalista, desumano, indigno e cruel.

[...]Chegou um caminhão aqui na favela. O motorista e o seu ajudante jogam umas latas. É linguiça enlatada. Penso: É assim que fazem esses comerciantes insaciáveis. Ficam esperando os preços subir na ganancia de ganhar mais. E quando apodrece jogam fora para os corvos e os infelizes favelados [...] Vejo as crianças abrir as latas de linguiça e exclamar satisfeitas:
- Hum! Tá gostosa!

A Dona Alice deu-me uma para experimentar. Mas a lata está estufada. Já está podre. pág. (Jesus, 2014, p. 34)

[...]

21 de maio de 1958 precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores. Eu ontem comi aquele macarrão do lixo com receio de morrer, porque em 1953 eu vendia ferro lá no Zinho. Havia um pretinho bonitinho. Ele ia vender ferro lá no Zinho. Ele era jovem Um dia eu ia vender ferro quando parei na avenida Bom Jardim. No lixão, como é denominado o local. Os lixeiros haviam jogado carne no lixo. E ele escolhia uns pedaços: Disse-me:

- Leva, Carolina. Dá para comer.

Deu-me uns pedaços. Para não magoa-lo aceite. Procurei convencê-lo a não comer aquela carne. Para comer os pães duros ruídos pelos ratos. Ele disse-me que não. Que há dois dias não comia. Acendeu o fogo e assou a carne. Afome era tanta que ele não pode deixar assar a carne. Esquentou-a e comeu. Para não presenciar aquele quadro, saí pensando: faz de conta que eu não presenciei esta cena. Isto não pode ser real num país fértil igual ao meu. Revoltei contra o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infausta dos marginais. Vendi os ferros no Zinho e voltei para o quintal de São Paulo, a favela. No outro dia encontraram o pretinho morto. Os dedos do seu pé abriram. O espaço era de vinte centímetros. Ele aumentou-se como se fosse de borracha. Os dedos do pé pareciam leque. Não trazia documentos. Foi sepultado como um zé qualquer. Ninguém procurou saber seu nome. Marginal não tem nome. (Jesus, 2014, p. 39 e 40)

É inquestionável a relação deste fato narrado por Carolina em 1958 e a imagem das mulheres, mães em situação de vulnerabilidade, fotografadas na cidade de Fortaleza, no Ceará, em 28 de setembro de 2021, debruçadas no caminhão coletor

de lixo, catando alimentos estragados, para alimentar seus filhos. É observado que o Direito básico de dignidade humana não é respeitado neste País e que as pessoas negras são as principais vítimas desse crime político e social contra seres humanos.

Portanto, a fome é sim um fato social que rompe com o contrato político e social, pois a garantia da primeira e mais valorosa propriedade que é a vida não é garantido, e assim o Estado trapaceia com a garantia da segurança e dignidade da vida humana.

Esse caminhão estava saindo de um supermercado onde tinha coletado comida estragada. Esta condição sub-humana que estas pessoas estão sendo violentamente colocadas para sobreviver é uma imagem atual, uma realidade do nosso tempo, do século XXI, do ano 2021.

Figura 1 – Imagem de mulheres debruçadas em um caminhão coletor de lixo procurando alimentos



Fonte: André Queiroz/Diário do Nordeste (2021).

Essa imagem foi um dos motivos para que esta pesquisa existisse. Após vê essa foto repercutindo nos meios de comunicação em 2021, lembrei automaticamente de alguns trechos do livro “Quarto de Despejo” e foi como se estivesse assistindo o que Carolina narrou em seu livro em 1960. A imagem foi feita por um motorista de aplicativo durante a pandemia de covid-19, no ano de 2021, segundo relato dele em um jornal a

intenção era mostrar para a namorada que estava em outro Estado a calamidade pública e social que o povo brasileiro estava vivendo. A foto tomou uma grande repercussão nacional o que levou vários veículos de informação e comunicação como jornais a buscarem as mulheres que apareciam na imagem para compreender o contexto e a realidade da foto.

Uma dessas mulheres da foto foi entrevistada e disse que: “estava catando a comida do lixo, pois era o único meio que tinha para alimentar os filhos.” Essa imagem foi feita no ano de 2021, no período da pandemia de Covid-19, mas Carolina Maria de Jesus descreveu várias cenas tão dolorosas quanto essa no seu livro *Quarto de Despejo, diário de uma favelada*, nas décadas de 50 e 60 no Brasil.

Quando cheguei do palácio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me:

- Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo.

Foi a primeira vez que vi a minha palavra falhar. Eu disse: - é que eu tinha fé no Kubstcheck.

- A senhora não tem mais?

- Não meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso país tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia[...]

Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores. (Jesus, 2014, p. 39.)

Na tradição literária brasileira, essa imagem encontra paralelo no famoso poema de Manuel Bandeira, “O Bicho”, publicado originalmente no livro *Belo belo*, de 1948:

O Bicho

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa
Não examina nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.
(Bandeira, 1986)

No dia 22 de maio Carolina passou o dia escrevendo, resistindo com as nobres armas que tinha contra a pobreza e a miséria, as armas estas que eram o

conhecimento e a escrita, que proporcionam o direito à memória e à verdade para as próximas gerações.

Após isto, Carolina adoeceu e precisou buscar o serviço social, mas mandaram prendê-la, “ - Prende ela! [...] - Chama um carro de preso!” (Jesus, 2014, p.42).

Analisando este trecho com a perspectiva histórica e política do Brasil, recordamos da “Lei da vadiagem ou Lei dos vadios e capoeiras”, criada em 1890 para prender pessoas negras desempregadas ou sem residência comprovada. Carolina não estava vadiando, mas buscando um direito e foi violentada e desumanizada.

Pessoas negras escravizadas foram impedidas de trabalhar, estudar, comprar e ser proprietárias de terras, votar[...]

Ao longo da história, a colonização e o racismo vão se sofisticando nas armadilhas de violência e desumanização e fizeram com que a sociedade alienada e as instituições em sua maioria racistas coloquem a culpa da miséria e da desigualdade nas vítimas, isto aos olhos da grande massa exime a responsabilidade do Estado no enfrentamento dos verdadeiros problemas sociais e transfere para o indivíduo a responsabilidade de um problema estrutural, institucional e secular. Tal problema requer políticas públicas e Justiça social com incentivos financeiros para serem solucionados. Um país que tem como herança da colonização escravocrata o racismo e a desigualdade que atingem em grande parte a população negra deve ser questionado e enfrentado com a honestidade da escrita, da arte e da palavra de pessoas como Carolina Maria de Jesus. Pois sem Justiça não há paz.

Ageitei um guarda-chuva velho que achei no lixo e saí. Fui no frigorífico, ganhei uns ossos. Já serve. Faço uma sopa. Já que a barriga não fica vazia, tentei viver com ar. Comecei a maíar. Então eu resolvi trabalhar porque eu não quero desistir da vida. Quero ver como é que eu vou morrer. Ninguém deve alimentar a ideia de suicídio. Mas hoje em dia os que vivem até chegar a hora da morte, é um herói. Poque quem não é forte desanima. . (Jesus, 2014, p.61)

Em 2021, era notícia corriqueira em jornais as filas de pessoas para receber ossos em frigoríficos. O capitalismo que é desumano e cruel logo mostrou para os comerciantes que os ossos poderiam dar lucro se fossem vendidos e o povo era surpreendido pelas manobras da miséria sendo televisionada nos jornais em pleno século XXI, no ano de 2021. Trago essa lembrança após citar o trecho acima, escrito por Carolina em 1958, para mostrar que esses problemas se repetem de norte a sul nopaís e que o problema da luta contra a fome ainda é atual, mas,

mais do que isto, aluta contra a fome e a falta de acesso a direitos fundamentais e constitucionais é resquício e herança do colonialismo. Para registro, segue abaixo a capa da edição de setembro de 2021 do jornal Extra mostrando pessoas na fila de doação de ossos.

Figura 2 – Capa do Jornal Extra, setembro de 2021



Fonte: Jornal Extra (2021).

A imagem é a materialidade incontestável da desigualdade que atravessa gerações e faz da fome um fato social que rompe com o contrato político-social. Esta imagem é semelhante ao relato abaixo de Carolina em seu diário:

Quando cheguei na favela estava indisposta e com dor nas pernas. A minha enfermidade é física e moral.
[...]Fui no frigorífico, ganhei uns ossos. Estou indisposta[...] [...] Cheguei em casa e deitei. Estava com frio e mal estar. O povo da favela já sabe que eu estou doente. Mas não aparece ninguém para prestar-me um favor (Jesus,

2014, p. 91).

4.1 O PENSAMENTO E A ESCRITA FEMININA: INSTRUMENTOS DE LIBERTAÇÃO

A literatura e a filosofia podem ser instrumentos de liberdade e meios de compreensão no caminho da justiça e da igualdade social para as mulheres, em especial para mulheres negras. Carolina de Jesus, por meio da sua escrita, é símbolo de representação política do poder da linguagem e de sua transformação reflexiva sobre a sociedade.

Pensar o lugar das mulheres na filosofia e no mundo é uma questão ética e de humanidade, pois esse lugar que historicamente nos foi negado ainda é notoriamente limitado nas academias de filosofia. O objetivo não é refletir se as mulheres se interessam em ocupar esse espaço de trabalho intelectual, mas refletir o quê e quais discursos ainda barram e limitam mulheres em suas ascensões, principalmente mulheres negras.

Vale lembrar a rejeição da Academia Brasileira de Letras para a indicação da escritora negra Conceição Evaristo a uma de suas cadeiras de imortal. É sabido que a sociedade colonizada, racista e patriarcal destila ideias confusas sobre mulheres e as coloca em condição de subordinação. Trazer Carolina de Jesus para o debate é pertinente, pois ela é uma intelectual ímpar, com características singulares e para além do seu tempo político e de governabilidade. Os métodos de alienação do poder de gênero é questão para a reflexão filosófica e de poder político entre Estados e Nações.

Seres humanos são dotados de razão. Nada difere a capacidade de um homem e de uma mulher. Podemos refletir qual razão levou os gregos antigos, Aristocratas, a não permitir a participação da mulher nas decisões da pólis? E contrapor que em África no Egito antigo tivemos mulheres liderando Nações como:

Africanas foram as primeiras mulheres deificadas na história da humanidade. Há milênios, mulheres pretas governavam grandes reinos, com grandeza e pujança intelectual e domínio político. Vejam alguns exemplos: Hatshepsut foi primeira Faraó na história de Kemet (Egito); Tiye, rainha de Kemet; Nefertiti, rainha de Kemet; Nefertari, rainha de Kemet (Egito); Cléopatra; Makeda, a rainha de Sabá; Amanishakheto, candace de Kush; Amina, Nzinga, Yaa Asantewa; Ranavalona, rainha de Madagascar; Okinka Pampa a rainha dos Bijagó na Guiné Bissau. (Andrade, 2022, p. 8 e 9)

Lugar de fala, escuta e de decisão, são questões de cara relevância para a

alteridade contemporânea, de maneira que, diante disso, entendemos que Carolina Maria de Jesus, por seus questionamentos e reflexões políticas, é também filósofa.

E eu não sou uma mulher?

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem

– quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (Apud, Ribeiro, 2017, p. 20).

Este protesto foi feito em 21 de janeiro de 1851, e é de autoria de Sojourner, ela nasceu em 1797 no Estado de Nova York, quando recebeu o nome de Isabella Baumfree. Ao ser vendida várias vezes, mudou de nome para Sojourner Truth que significa verdade viajante, sendo a primeira mulher negra escravizada a processar o seu escravizador e a ganhar na justiça americana o direito de reaver o seu filho.

Trago este discurso para enunciar a invisibilidade contemporânea da sociedade brasileira com o alto número de violência e feminicídio, não só feminicídio da materialidade dos corpos, mas o simbólico, epistêmico e de representatividade e oportunidades que assola as mulheres negras do nosso país. Em 133 anos de existência do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, nunca houve uma ministra negra no país onde a maioria da população é negra. Vale lembrar que este cargo é ocupado por indicação política do presidente da República Federativa do Brasil.

O Brasil é o 5º país no mundo que mais mata mulheres e o 1º no mundo que mais mata mulheres trans. Esse apartheid carrega a seletividade no que tange à garantia do Direito a existência, assim como a tentativa de subalternizar os corpos de pessoas negras. Nesse sentido, é preciso lembrar a dor das mães brasileiras, em um país em que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado. A cada 23 minutos uma mãe sofre a dor da perda de um filho.

Pesquisa do IPEA de 2011 revelou que na fila do transplante no Brasil, as mulheres negras são as que menos sobrevivem, pois se tornam mais vulneráveis devido às sobrecargas sociais. Os homens brancos são os que mais sobrevivem na fila do transplante, a frente também das mulheres brancas. “A pesquisa

Desigualdade de Transplantes de Órgãos no Brasil: Análise do Perfil dos Receptores por Sexo, Raça e Cor aponta que a cada quatro receptores de coração, três são homens brancos, e 56% dos transplantados têm a cor da pele branca. No transplante de fígado, 63% dos receptores são homens e de cada dez pessoas que recebem o órgão, oito são brancas” (IPEA, 2011).

- [...] Encontrei um cego:
- Há quantos anos perdeste a vista?
 - 10 anos.
 - Achou ruim?
 - Não. Porque tudo que Deus faz é bom.
 - Qual foi a causa da perda visual?
 - Fraqueza.
 - E não teve possibilidade de cura?
 - Não. Só se fizer transplantação. Mas é preciso encontrar quem me dê os olhos.
 - Então o senhor já viu o sol, as flores e o céu cheio de estrelas?
 - Já vi. Graças a Deus. (Jesus, 2014, p.187)

Nesta citação do diário de Carolina observamos um exemplo dessa situação na descrição de um diálogo com um homem que perdeu a visão e precisava de transplante por causa de má alimentação.

Ainda no campo da saúde pública, as mulheres negras são as que mais sofrem violência obstétrica, e as que mais têm o Direito e o corpo vilipendiado em atendimentos e maternidades segundo pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Violência obstétrica está dentro do conceito de violência contra a mulher e contra o seu sistema reprodutivo. No artigo “a cor da dor”, foi estudada frase sexaustivamente repetidas tais como: “Mulheres pretas têm quadris mais largos e, por isso, são parideiras por excelência”, “negras são fortes e mais resistentes à dor”. Percepções preconceituosas como estas, sem qualquer base científica, foram ouvidas em salas de maternidade brasileiras e chamaram atenção da pesquisadora Maria do Carmo Leal, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Doutora em saúde pública, Leal pesquisou se esse senso comum resultava em um pior atendimento às mulheres negras. O estudo mostrou que mulheres negras de fato tinham chances menores de receber anestesia durante procedimentos. E em prontuários foi identificado que a chance de mulheres negras receberem menos anestesia em procedimentos é cerca de 50 % menor.

Segundo a ONU, o racismo se caracteriza pela desumanização de alguém. É

tirar da pessoa as características de ser humano. E aqui no Brasil a nossa humanidade é jogada na lata de lixo por pessoas que, na maioria das vezes brancas, ocupam lugares de poder e reproduzem essa desumanização. Trago estas questões para mostrar que a violência ao corpo da mulher negra acontece de maneira transversal na sociedade, e mesmo em momentos em que o cuidado, humanidade, alteridade e ética devem reger a situação somos maltratadas e ultrajadas.

A ONU mulheres divulgou em 23/11/2017 uma pesquisa revelando que 27 % de todas as brasileiras do Nordeste com idades entre 15 e 49 anos já foram vítimas de violência doméstica ao longo da vida. O estudo de violência doméstica, e violência na gravidez, aponta que entre as mulheres que sofrem agressões físicas durante uma gestação ao longo da vida (6% num universo de 10 mil mulheres), 77% são mulheres negras. Ainda segundo o relatório, mulheres que sofreram violência doméstica nos últimos 12 meses da pesquisa relataram ter menor capacidade de concentração, de dormir bem e de tomar decisões, além de se sentirem frequentemente estressadas e menos felizes em comparação às mulheres não vitimadas pelos parceiros.

Dados do mapa da violência 2015 sobre homicídios de mulheres em uma década destaca a existência de uma “situação endêmica da violência na vida das mulheres negras”: no período 2003-2013, as principais vítimas da violência de gênero no país foram meninas e mulheres negras, “com queda na evolução das taxas de homicídio de mulheres brancas – de 3,6 para 3,2 por 100 mil – e crescimento nas taxas de mulheres negras – de 4,5 para 5,4 por 100 mil –, com prevalência entre 18 e 30 anos de idade e maior incidência de mortes causadas por força física, objeto cortante/penetrante ou contundente, e menor participação de arma de fogo”. (ONU MULHERES, 2015)

Quero lembrar que uma das primeiras vítimas de Covid no Brasil foi uma mulher negra, de 57 anos, e se contaminou no local de trabalho onde exercia a função de empregada doméstica.

Recordar a vereadora negra, Marielle Franco, defensora dos Direitos Humanos e LGBTQI+, que foi covardemente assassinada no Rio de Janeiro, levando anos para que os mandantes do crime fossem finalmente encontrados. O Brasil é um caso exemplar de impunidade. Sobretudo se pensarmos em recortes de raça e gênero. Mulheres negras morrem seis vezes mais do que mulheres brancas no Brasil.

No livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, a escritora Carolina Maria de Jesus denunciou a miséria e a fome: “Mas o custo dos gêneros alimentícios nos

impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida” (1955, p. 11). Trago esse trecho do diário da escritora Carolina de Jesus para evidenciar que em 2021, 2022 e 2023 a falta de oportunidades e emprego também é violência e desprezo à vida. Às mulheres negras são as principais sacrificadas da desigualdade, do desemprego e falta de oportunidades.

O racismo estrutural e institucional é o que primeiro vitima essas mulheres, pois o principal problema a ser tratado neste país é a violência racial contra essas pessoas, o número de mulheres brancas, vítimas de violência doméstica e feminicídio reduziu em comparação ao das mulheres negras após a Lei Maria da Penha, obviamente também por causa do fator raça e classe. É preciso ter honestidade para apontar essa questão. Já assisti mulheres brancas dizerem que as negras não têm muita informação, o que é incorreto. O que falta são oportunidades dentro da sociedade que carrega o racismo como herança da colonização e o solidifica como desigualdade em todas as esferas sociais.

Enquanto mulheres brancas lutavam pelo direito de trabalhar, as mulheres negras já trabalhavam, vendendo alimento em tabuleiros nas ruas, nas feiras, cozinhando inclusive para pessoas brancas e lutavam pelo Direito de existir, não estou colocando em comparação nenhum Direito, mas evidenciando como as cargas que as mulheres negras carregam são apagadas de ementas e roteiros de histórias. Talvez, por isso, as vezes escutamos que precisamos ser dez vezes melhores, porque ser boae competente, para uma civilização colonizada e alienada não é suficiente. E isto é cruel.

Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser eu escrevi a realidade. (Jesus, 2018, p.197)

Essa citação de Carolina dialoga perfeitamente com a filósofa e intelectual negra, brasileira, contemporânea Sueli Carneiro que nos ilumina com o seguinte pensamento: “[...] Somos seres humanos como os demais, com diversas visões políticas e ideológicas. Eu, por exemplo, entre esquerda e direita, continuo sendo preta.” (“Caros Amigos” nº 35, fevereiro de 2000).

“Nem pense em me matar” é o título do abaixo assinado que o levante feminista contra o feminicídio no Brasil criou em defesa da vida das mulheres no dia 04/07/2021.

No primeiro semestre de 2020 foram mortas 648 mulheres brasileiras, a maioria negras e vivendo em duríssima desigualdade social. A mulher negra ganha duas vezes menos do que as mulheres brancas e quatro vezes menos do que homens brancos.

Não podemos naturalizar a barbárie, o racismo, a misoginia e a desigualdade. A pirâmide social do capitalismo insiste em colocar as mulheres negras brasileiras na base, sustentando as sobrecargas sociais.

Lembremos que segregação e extermínio começam com a falta de oportunidades. Já nos iluminou a filósofa Angela Davis que disse a seguinte frase em uma conferência na Bahia: “Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (Davis, 2017).

Uma nação que foi edificada – a partir da crueldade e da desumanização de um grupo de seres humanos - para o enriquecimento de outro deve se descolonizar enfrentando e se levantando contra toda forma de colonização. A nação de colonizados é dividida por desigualdade econômica e de oportunidades sociais, sendo assim, só a descolonização rompe com a miséria.

O racismo e a colonização provocam perturbações mentais, o racismo e a alienação é violência em estado bruto, adocece os indivíduos e as nações, e o enfrentamento é antes de mais nada a melhor maneira de libertar as pessoas da falta de personificação da identidade, que aliena a mente e aprisiona os corpos. A luta começa no reconhecimento do outro enquanto ser humano e na permissão da união da razão com a sensibilidade do afeto, pois o enfrentamento ergue o povo. Mas há de se ter cautela com o princípio de representação do contrato político-social do povocom os representantes eleitos que seguem o caminho dos prejuízos nacionais. O espírito da descolonização só permanecerá se as políticas de ensino forem voltadas para a prática da liberdade, personalidade, emancipação do indivíduo e criticidade, de maneira que o conceito de bem comum deve ser materializado com a igualdade de acesso ao Direito e da Liberdade entre os homens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita de Carolina é arte de emancipação intelectual política, uma vez que ela fez ecoar a narrativa do seu pensamento político, filosófico, artístico literário. A escrita era a sua pulsão sagrada de vida e de produção pungente de pensamento e liberdade social. Uma escritora que extrapola os limites acadêmicos, pois a medida que se reflete as suas obras podemos compreender a sua existência como um conceito de transposição de fronteiras, uma escritora que pode ocupar todos os lugares. Fanon trata essa transposição como um gesto revolucionário de escapar às formas de fechamento ou alienação:

A alienação intelectual é uma criação da sociedade burguesa. E chamo de sociedade burguesa todas as que se esclerosam em formas determinadas, proibindo qualquer evolução, qualquer marcha adiante, qualquer progresso, qualquer descoberta. Chamo de sociedade burguesa uma sociedade fechada, onde não é bom viver, onde o ar é pútrido, as idéias e as pessoas em putrefação. E creio que um homem que toma posição contra esta morte, é, em certo sentido, um revolucionário. (Fanon, 2008, p.186)

A produção de pensamento de Carolina, foi revolução, assim como a sua existência ativa que buscou através da escrita aplicar de fato um princípio revolucionário: o da dignidade humana para a coletividade.

A filósofa Lélia Gonzalez nos alertou sobre o “racismo disfarçado ou, como eu o classifico, o racismo por denegação”(Gonzalez, 2020, p.130), isto é, que cumpre o objetivo de explorar e oprimir, mas nega a existência. Carolina de Jesus, desnuda com pensamento, e palavras escritas esse resquício da colonização que é o racismo disfarçado escondido no quarto de despejo, ainda presente e latente no Brasil.

Nessa linha, convoco ainda Angela Davis a partir de Luiza Bairros: “Como nos lembrou Luiza Bairros, uma das grandes contribuições do feminismo negro é demonstrar de que forma o conhecimento é produzido por mulheres na vida cotidiana, dentro e fora da academia” (Davis, 2018, p.10). Carolina produziu a categoria de conhecimento por descolonização, uma vez que “as memórias individuais não duram tanto quanto as memórias das instituições, especialmente daquelas de repressão.” (Davis, 2018, p. 91) Sendo assim, o Diário de uma favelada, foi, é, e continuará sendo instrumento de memória e de libertação.

No decorrer da leitura da obra *Quarto de Despejo*, percebe-se os problemas de saúde que ela adquiria com a vida árdua que era submetida, como a dificuldade de

enxergar à noite: “A fusão das luzes desviam-me do roteiro. Preciso ir perguntando. Eugosto da noite só para contemplar as estrelas sintilantes, ler e escrever. Durante a noite há mais silêncio” (Jesus, 2014, p. 37). Em diversas páginas também observa-se que ela sempre tomava uma medicação para dores no corpo de nome “melhoral”. Trago essas observações para lançar luz ao problema de garantia da saúde que está na Constituição da República Federativa do Brasil, mas que não é garantida em sua plenitude para a população pobre e na maioria negra. Atualmente temos o SUS – Sistema Único de Saúde, que é um patrimônio público brasileiro, mas a morosidade em alguns casos é fatal. No Estado da Bahia, por exemplo, existe um sistema de regulação para internamentos que funciona como uma fila de prioridades, mas a demora faz com que muitos pacientes, principalmente idosos, vão à óbito antes de chegar a sua vez. Muitas vezes, quando familiares de pessoas enfermas conseguem usar a voz como denúncia da demora em redes sociais e jornais, logo o problema é resolvido.

Pesquisa do IPEA 2011 mostram que as mulheres negras brasileiras são as que mais morrem na fila de espera por transplantes, por exemplo. É preciso ler os problemas da nação fazendo o recorte racial para traçar caminhos de políticas sociais no País que alcance as pessoas que precisam e que estão na base da pirâmide social. Para isso buscarmos projetos e ações de Justiça social na edificação cotidiana das relações sociais: “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo e nas crianças” (Jesus, 2014, p. 29).

Paulo Freire, na obra *Pedagogia da Autonomia*, no capítulo “Ensinar exige estética e ética”, diz que “a prática educativa tem de ser, em si, um testemunho rigoroso de decência e de pureza. Uma crítica permanente aos desvios” (Freire, 2021, p. 34). Sendo assim, a obra *Quarto de despejo* também é um testemunho rigoroso de decência e ética, a escritora é uma pedagoga da autonomia social, advogada dos desvalidos que buscou justiça através da escrita e das palavras. Fez do seu pensamento uma referência filosófica no questionamento cotidiano e da estética da arte do pensamento e das palavras.

A linguagem nos constitui como sujeitos de ação política. A sensibilidade estética está ligada à formação política dos seres humanos. A linguagem é o que nos conecta ao mundo e nos significa como sujeitos de sentidos e ações a interpretação da linguagem pode ser usada para o bem e para o mal, libertar povos ou colonizar

pensamentos e nações. A linguagem e a estética são um sistema de comunicação de ideias e sensibilidade. Tudo passa pela linguagem. A colonização de povos e territórios, inclusive, foi, e ainda é, produzida através da linguagem e do epistemicídio da linguagem.

No livro *Discurso sobre o colonialismo* o escritor Aimé Césaire nos conduz a uma reflexão não-eurocêntrica e decolonial e traz uma precisa afirmação:

A burguesia, como classe, está condenada, quer se queira, quer não, a ser responsável por toda a barbárie da História, as torturas da Idade Média e a Inquisição, a razão de Estado e o belicismo, o racismo e o escravagismo, em suma, tudo contra o que protestou em termos inolvidáveis, no tempo em que, classe ao ataque, encarnava o progresso humano (Césaire, 1978, p. 56).

Essa frase nos conduz à reflexão de valores não eurocêntricos, contracoloniais e não alienados pelos padrões do capitalismo e do ocidente. Movimentos e possibilidades que fazem a literatura da transformação do cotidiano nos permitem esperar um mundo melhor e mais justo. Carolina nos ofertou o poder das suas reflexões e continuaremos a trilhar neste encruzilhada.

É a resistência e a crença em dias melhores. O movimento da virtude está no dia-a-dia das relações sociais e é edificada pela linguagem e pela literatura em todas as suas manifestações sociais, políticas e culturais. Sendo assim, a filosofia ubuntu do bem comum, de ser e viver em comunidade, da criticidade, está na compreensão que a nossa existência e todas as nossas atitudes são políticas e influenciam na vida dos demais. Isto nos exige o resgate dos valores que nos foram reprimidos durante séculos de escravidão e colonização.

A Literatura atravessa a alma e as barreiras da colonização. Nessa construção de possibilidades e de imaginário a arte literária é a luz e o suspiro do verbo esperar. Esperar de possibilidades e ações que ecoam na busca das possibilidades: “Tudo vale a pena quando a alma não é pequena”. A escrita de Carolina Maria de Jesus continuam agigantando força e esperança na luta pela liberdade constante: “A liberdade é uma luta constante” (DAVIS, 2016).

Deixo aqui o meu desejo de ampliação da democracia, da igualdade de dignidade, oportunidades e da justiça social para nossa sociedade alcançando todas as pessoas independente da cor, credo, gênero, classe econômica, religião, opção sexual: “Portanto, este trabalho é o meu levantar de voz, é ato de rebeldia, audácia e enfrentamento contra o racismo, é o manifesto de uma mulher negra aquilombada de

modo epistêmico para enfrentar o racismo e suas alienações intelectuais” (Beirão, 2019, p. 29).

REFERÊNCIAS

ABRAMS, M.H. **O espelho e a lâmpada**: Teoria Romântica e tradição crítica. Tradução Alzira Vieira Allegro. Revisão Técnica Carlos Eduardo Ordellas Barriel. Editora UNESP, 2010.

AIMÉ. **Discurso sobre o colonialismo**. Prefácio de Mário de Andrade. 1. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978. Título Original: Discours sur le colonialisme. Tradução do francês por Noémia de Sousa. p. 69

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. – São Paulo : Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

ANDRADE, Rutte T. C. **ÌYÁ DE KINTA – A GUARDIÃ DA ANCESTRALIDADE** – 1ª ed., Salvador/BA Edição do Autor, 2022. 26 p.: il.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco** / Aristóteles; traduzido por Maria Stephania da Costa Flores. – Jandira, SP: Principis, 2021. 256 p.

BANDEIRA, M. **Poesias completas**. 4. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

BARRETO, Antonio Carlos de Oliveira. **MESTRE BIMBA: capoeira, vida e emoção**. Literatura de Cordel. Edições Akadikadikum.

BASBAUM, Leoncio. Da Alienação: *In* BASBAUM, Leoncio. **Alienação e Humanismo**. 3. ed. São Paulo: Edições Símbolo, 1977. p. 15-54

BEIRÃO, Laila Geovana Moreira. **A necessidade da descolonização do pensamento e do ensino para combater o racismo acadêmico e sua transposição para outras esferas sociais**. 2019 p. 30 Monografia (Graduação em Filosofia) – Universidade Estadual de Feira de Santana.

BISPO dos Santos, Antônio. **A terra dá, a terra quer** / Antônio Bispo dos Santos; imagens de Santídio Pereira; texto de orelha de Malcon Ferdinand. São Paulo: Ubu Editora/ Pisegrama, 2023. 112 pp.

BRECHT, Bertolt: **Me-ti. El libro de las mutaciones**. Ediciones Nueva Vision. Buenos Aires. Publicado por Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1965.
dade: Interfaces Brasil-Canadá. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 67-85

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta Constante**. Organização Frank Barat; tradução Heci Regina Candiani. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

DESIGUALDADE DE TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS NO BRASIL: ANÁLISE DO PERFIL DOS RECEPTORES POR SEXO E RAÇA OU COR [td_1629.pdf](https://ipea.gov.br/td_1629.pdf)
(ipea.gov.br)

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: Uma Introdução**. Tradução Waltensir

Dutra.Martins Fontes. São Paulo. 2003.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Pallas: FundaçãoBiblioteca Nacional, 2016. 116p.

FANON, Frantz. Da Violência: *In*: FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. 2. ed. Tradução de José Laurênio de Melo Local: RJ. Título do original em francês: LES DAMNÉS DE LA TERRE. 1961, by Maspero éditeur S.A.R.L Tradução 1979. p. 23-74

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. 194p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire – 71ª ed. Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos** / organização Flávia Rios, Márcia Lima. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. 8. ed. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt.Revisão de tradução Suely Rolnik. Campinas: Papyrus Editora, 1990.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário compacto jurídico**. Organização. – 14. Ed. – São Paulo: Rideel, 2010.

https://acervo.casasuelicarneiro.org.br/item/arquivo/asc_003949

[https://www.abrasco.org.br/site/noticias/8m-Mulheres negras sofrem mais violência obstétrica - ABRASCO](https://www.abrasco.org.br/site/noticias/8m-Mulheres%20negras%20sofrem%20mais%20viol%C3%ancia%20obst%C3%A9trica%20-%20ABRASCO) acesso – 09/07/2021

<https://www.otempo.com.br/opiniaofatimaoliveira/recadim-eu-entre-esquerda-e-direita-continuo-sendo-preta-1.765100>

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria**, volume 1: Osasco. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das letras, 2021. – (cadernos de Carolina, 1)

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10 ed. – São Paulo: Ática, 2014. 200p.

LEDA, Martins. **Performances da oralitura: Corpo, lugar da memória**. Universidade Federal de Minas Gerais. (UFMG). Letras nº 26 – Língua e Literatura: Limites e Fronteiras.

[MapaViolencia_2015_mulheres.pdf \(onumulheres.org.br\)](#)

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte** / Achille Mbembe; traduzido por renata Santini. – São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

NIETZSCHE, F. **A filosofia na época trágica dos gregos**. Ed. Edições 70. Edição 2009.

OLIVEIRA, Humberto Luiz Lima de. **Educação, Literatura Canadense e sabedoria Popular Africana**: Breve Reflexão sobre a Pedagogia Essencial ao Milênio. *In*:

PROENÇA, Marilene; NENEVÉ, Miguel. (org.) **Educação e diversidade**

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato Social ou princípios do direito político**. [apresentação de João Carlos Brum Torres; tradução Paulo Neves]. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2008. 152p.

SAVIAN, Filho, Juvenal. **Filosofia e Filosofias: existência e sentidos**. – 1. Ed – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2016.

TAILLE, Elizabeth Harkot-de-la **Ação moral e estereótipos culturais**. : Araújo, Ulisses F. **A dimensão afetiva da psiquehumana e a educação em valores**. São Paulo: Summus editorial, 2003. p. 153-189 ARANTES, Valéria Amorim. (org.) **Afetividade na Escola alternativas teóricas e práticas**. ed. São Paulo, Summus, 2003.

VALLE, Nasheli Jimenez. **Estética, multiculturalismo e decolonialidade**. UNAM. Tradução Marcos de Jesus Oliveira. UNILA P. 63-67.

VAZ, Livia Sant'Anna. **Cotas raciais**. – São Paulo: Jandaíra, 2022. 232 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).